



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Graduação em Psicologia

**O Modo Hegemônico de Constituição das Masculinidades e suas Interfaces com as
Violências: Uma Análise das Relações de Poder**

Yara de Barros Ladeira

Brasília – DF
Julho de 2019



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Graduação em Psicologia

**O Modo Hegemônico de Constituição das Masculinidades e suas Interfaces com as
Violências: Uma Análise das Relações de Poder**

Yara de Barros Ladeira

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB como
requisito parcial à conclusão do Curso de
Psicologia.

Professora orientadora: Dra. Ana Flávia do
Amaral Madureira

Brasília – DF
Julho de 2019



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES
Curso de Graduação em Psicologia

Folha de avaliação

Autora: Yara de Barros Ladeira

Título: O Modo Hegemônico de Constituição das Masculinidades e suas Interfaces com as
Violências: Uma Análise das Relações de Poder

Banca Examinadora:

Professora orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Flávia do Amaral Madureira

Prof. Me. Leonardo Cavalcante de Araújo Mello

Prof. Dr. Lucas Alves Amaral

Brasília – DF
Julho de 2019

Agradecimentos

Agradeço enormemente à Karine Carvalho Barros que, primeiramente, enquanto mãe, sempre foi e sempre será meu porto seguro. Obrigada pela paciência nos momentos árdusos desse percurso, nas noites sem dormir e nos momentos estressantes, por sempre estar ali para oferecer carinho e amor, independentemente de qualquer coisa. Por, muitas vezes, me orientar a me "desligar" da faculdade quando necessário, a sair, a espairecer. Por me auxiliar e me acalmar quando percebia os momentos em que eu colocava meu perfeccionismo acima da minha saúde emocional. E, enquanto psicóloga, por ser uma inspiração de profissional humana, íntegra, e sempre perseverante. Seu otimismo e coragem me contagiam. Agradeço pelas várias conversas enriquecedoras sobre as teorias psicológicas e sobre a prática da profissão. Por me mostrar os caminhos possíveis quando, principalmente no início do curso, eu me via diante de uma imensidão de possibilidades desconhecidas. Sem ela, nada disso seria possível.

Agradeço à minha professora orientadora, Ana Flávia do Amaral Madureira, por tamanha contribuição com minha aprendizagem, apoio e suporte contínuos desde que começamos essa jornada em Estágio Básico II. Pela sabedoria, inspiração, compreensão e paciência. Por ser uma referência de profissional compromissada, que se dedica intensamente ao que faz.

Agradeço ao Leonardo Mello, professor ímpar no Curso de Psicologia, que sempre tem tanto a nos ensinar, muito além dos aspectos teóricos em si. Por ser quem me despertou em relação à importância de discutir as temáticas de gênero e violência, na disciplina de Psicologia Social; o que fez com que eu me encantasse com o assunto e iniciasse minha trajetória em pesquisa com a discussão de fenômenos que perpassam as questões de gênero, que tanto me preenche, pessoalmente e profissionalmente.

Agradeço à minha grande amiga, Mariana Andrade, que esteve presente desde o início em todos os momentos, bons e ruins, durante esse percurso acadêmico, como também, pessoal. Que esteve ali comigo para me amparar nos momentos difíceis, se colocando sempre disponível para me acolher e me escutar. Por celebrar comigo todos os momentos, até mesmo as pequenas vitórias. Por sua generosidade, amorosidade e sensibilidade, que me inspiram.

Agradeço ao meu companheiro, Tim Rommers, por se fazer presente, mesmo quando ele não poderia estar ao meu lado me auxiliando; por ter sido uma fonte importante de suporte emocional, principalmente nos momentos difíceis.

Agradeço a todos/as os/as meus/minhas colegas e amigos/as que trilharam esse caminho comigo, e aos professores e professoras, extremamente capacitados/as, que fizeram parte da minha formação e, acrescentaram, de alguma forma, na constante aprendizagem pessoal e profissional que esse curso me proporcionou. O percurso acadêmico não seria o mesmo sem o apoio de uns aos outros, sem os ensinamentos a partir do olhar diferenciado de cada estudante e de cada professor/a sobre os fenômenos, eminentemente humanos, que nos debruçamos e que, muitas vezes, nos afetavam pessoalmente. Agradeço, também, pelas dificuldades encontradas no caminho, como nos trabalhos em grupo (rs) que, de alguma forma, também me trouxeram ensinamentos pessoais e resiliência.

Sumário

Resumo	vi
Introdução	1
1. Das Bases Biológicas da Agressividade ao Ato Deliberado de Violência.....	7
1.1 Agressividade e inscrição do eu na cultura: dialogando com a psicanálise.....	7
1.2 Compreensão acerca dos processos sociais e culturais de construção das identidades.	9
2. Relações de Poder e seus Impactos nos Processos Individuais de Subjetivação: Discursos Normativos Socialmente Legitimados e suas Resistências	14
3. Masculinidade Hegemônica e suas Implicações Subjetivas e Sociais: Construções Histórico-Culturais Pautadas no Sexismo e na Heteronormatividade.....	18
4. Metodologia	24
4.1 Participantes	26
4.2 Materiais e instrumentos	27
4.3 Procedimentos de construção de informações	28
4.4 Procedimentos de análise	30
5. Resultados e Discussão	31
5.1 Estereótipos de gênero em discussão.....	31
5.2 Implicações da masculinidade hegemônica na subjetividade de homens.....	44
5.3 Masculinidade hegemônica: violências em relação a outros homens e em relação às mulheres.....	51
Considerações Finais.....	58
Referências Bibliográficas	60
Apêndices e Anexos	66
Apêndice A	67
Apêndice B.....	69
Apêndice C.....	73
Anexo A.....	75

Resumo

Com o intuito de proporcionar reflexões acerca das múltiplas práticas de violência perpetradas no cotidiano e suas interrelações com as questões de gênero, a presente pesquisa adotou como bases teóricas a Psicologia Cultural e os Estudos Feministas e de Gênero. Foram estabelecidos, ainda, diálogos a partir de contribuições teóricas provenientes da Psicanálise e do pós-estruturalismo, apoiado em discussões foucaultianas sobre o poder. A pesquisa teve como objetivo geral: analisar como as construções identitárias relativas à masculinidade hegemônica impactam subjetivamente os homens e suas interfaces com o fenômeno da violência. Quanto à metodologia, inspirada na Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey, optou-se pela realização de seis entrevistas individuais semiestruturadas, com homens entre 18 e 35 anos, em conjunto com a apresentação de imagens previamente selecionadas. Para analisar e interpretar as informações construídas, utilizou-se a análise de conteúdo temática. Os resultados da pesquisa indicam a complexidade e atualidade do tema, devido às mudanças macrossociais significativas sofridas nas últimas décadas no que tange às relações de gênero, ressaltadas pelos participantes que, em diferentes níveis, expressaram, concepções críticas ao machismo e à masculinidade hegemônica. Ainda assim, são evidenciadas implicações subjetivas em termos de sofrimento psíquico, decorrentes da forma com que as relações de poder estão, ainda hoje, estruturadas, diante do esforço constante em adequar-se a ideais arbitrários culturalmente almejados no tocante aos modos de exercer sua masculinidade.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidades; Masculinidade Hegemônica; Violência; Relações de Poder.

Introdução

Com o intuito de discutir as múltiplas práticas de violência perpetradas no cotidiano, torna-se relevante evidenciar os dados divulgados em 2013 pelo Gabinete das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (*United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC*¹), através do qual é constatado que os homens são responsáveis por 95% dos homicídios mundialmente, porcentagem, esta, não divergente, de modo significativo, entre os mais diversos países e regiões no mundo. A estatística apresentada revela-se preocupante, ao considerar que, em 2015, a população mundial masculina ultrapassava somente 0,4% em comparação à população feminina². Por que, então, haveria uma divergência tão esmagadora entre autores e autoras de violência?

É possível reconhecer, a partir da discrepância nos dados estatísticos anteriormente explicitados, que não é por acaso o fato de a violência física ser majoritariamente masculina. Ou seja, trata-se de uma consequência histórica da forma com que as relações de poder entre os gêneros foram e são estruturadas socialmente. Tal divergência explicita a constante reafirmação de determinadas crenças sociais, histórico e culturalmente construídas, acerca do masculino e do que é ser homem.

O homicídio é somente uma das formas com que a violência se expressa no âmbito social, forma esta que se caracteriza por um ato de violência física e interpessoal levado ao extremo. No entanto, a violência assume múltiplas formas de expressão, tendo em vista que a Organização Mundial de Saúde (OMS)³ define a violência como: "o uso intencional de força física ou poder, ameaçados ou reais, contra si mesmo, contra outro indivíduo, ou contra um

¹ Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf

² Dados divulgados pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA). Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>

³ Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1

grupo ou comunidade, que causem ou tenham grande probabilidade de causar lesões, mortes, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento ou privações".

As tipologias de violência propostas pela OMS são denominadas como violência autodirecionada ou autoinfligida, violência interpessoal e violência coletiva. Devido à necessidade de delimitação desta temática ampla e complexa, nesta pesquisa adotou-se um enfoque circunscrito às duas primeiras categorias, ao considerá-las tal como são definidas pela Organização Mundial de Saúde, visando nortear, dessa forma, as discussões e reflexões a serem produzidas.

Contudo, torna-se relevante refletir acerca da terceira categoria mencionada, a qual é caracterizada por manifestações de violência coletiva como guerras, atos terroristas, genocídios, violências cometidas pelo crime organizado, entre outras. De fato, tais expressões de violência não correspondem ao enfoque adotado neste trabalho. No entanto, a violência coletiva é definida pela OMS como: "o uso da violência como instrumento por parte de pessoas que identificam-se entre si como membros de um grupo, contra outro grupo ou conjunto de indivíduos a fim de alcançar objetivos políticos, econômicos ou sociais".

Ora, não é necessário que um conjunto de indivíduos que compartilham de determinada identidade social sejam massacrados para que a violência perpetrada seja considerada contra tal grupo. Compreendemos tal proposição ao analisar, por exemplo, os feminicídios ou, também, os assassinatos devido ao racismo. Tais atos extrapolam os conflitos interpessoais; são, pelo contrário, atos contra um grupo ou comunidade. Praticados em relação a um indivíduo, no entanto, somente o são devido a determinada identidade social que este sujeito compartilha com um grupo historicamente discriminado, a qual não é reconhecida como "legítima" por esse outro que o agride.

Ainda, a natureza do ato violento pode ser caracterizada enquanto física, psicológica, sexual ou que envolva privações ou negligências. Essas definições podem ser úteis ao refletir

acerca do modo humano, isto é, culturalmente construído, de manifestar-se através da violência. Violência, esta, ensinada frequentemente aos homens como forma "legítima" de expressão, permeando, portanto, suas relações consigo mesmo, bem como suas relações sociais com outros homens e com as mulheres.

De acordo com um levantamento realizado pelo Datafolha⁴ em 2016, 40% das mulheres brasileiras acima de 16 anos já sofreram algum tipo de assédio. Ainda, 503 brasileiras são vítimas de agressão física a cada hora. A partir destas informações, não há como omitir-se frente às problemáticas de gênero. É necessário, portanto, que se adote uma postura ativa de enfrentamento diante das relações desiguais de poder entre homens e mulheres e da violência suscitada a partir de um modelo de masculinidade hegemônica historicamente estabelecido.

Para além da violência praticada em relação aos outros, os impactos subjetivos decorrentes dos modos hegemônicos de exercer a masculinidade, que aqui serão discutidos, frequentemente ocasionam sofrimentos significativos aos próprios sujeitos, justificando, portanto, a relevância de analisar tais efeitos na subjetividade dos homens. Sofrimentos esses, que, ao serem levados ao extremo, podem ser exemplificados a partir de dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde, ao informar que, em 2016, a cada 100.000 habitantes, 9,7 homens cometem suicídio, em contraste com o indicador de 2,8 mulheres⁵.

No entanto, é pertinente apresentar dados das tentativas de suicídio, os quais divergem das informações anteriormente apresentadas. O Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio no Brasil⁶, divulgado em 2017 pelo Ministério da Saúde, revela que, apesar dos homens cometerem 79% dos suicídios registrados entre 2011 e 2016,

⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml>

⁵ Disponível em: <http://apps.who.int/gho/data/node.main.MHSUICIDEASDR?lang=en>

⁶ Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>

as mulheres são a maioria no que diz respeito às tentativas de suicídio, compondo 69% do total registrado. Ao analisar essas informações, cabe questionar se o modo hegemônico de constituição das masculinidades repercute também no comportamento suicida, ao concretizarem o ato mais do que as mulheres, apesar destas tentarem mais vezes. Estariam tais construções histórico-culturais tão arraigadas a ponto dos homens compreenderem que não podem "falhar" nem no atentado contra a própria vida?

Outros indicadores estatísticos apresentados no mesmo Boletim, levantados pelo Ministério da Saúde, podem nos auxiliar a analisar essa questão. Aponta-se que, dentre os suicídios cometidos por homens de 2011 a 2015, 76,1% ocorreram por meio de enforcamentos e utilização de armas de fogo e 13,9% através de intoxicação exógena, ou seja, a partir de venenos, medicamentos e afins. Em contraposição, no mesmo período, 51% dos suicídios cometidos pelas mulheres foram por meio de enforcamentos e utilização de armas de fogo e 31,2% por meio de intoxicação exógena. Observa-se que a porcentagem de atentados considerados como mais violentos e, portanto, mais efetivos, são cometidos pelos homens; já os menos violentos, pelas mulheres. Seriam esses dados estatísticos mera coincidência, ou teriam relações com as construções identitárias de gênero, historicamente estabelecidas e culturalmente reforçadas?

Desse modo, na presente Monografia busca-se discutir a violência perpetrada pelo homem consigo mesmo, ao assujeitar-se aos discursos de saber-poder (Foucault, 1996). Ou seja, ao apropriar-se de discursos que normatizam e prescrevem possibilidades de um homem ser e estar em sociedade; possibilitando a articulação e problematização em relação às violências praticadas por homens em relação a outros homens, assim como as violências praticadas por homens em relação às mulheres. E, enfim, pretende-se tecer discussões críticas acerca do fenômeno da violência sexual. Tais questões estão intimamente relacionadas com

as problemáticas historicamente vivenciadas no tocante à construção das identidades de gênero.

Considera-se de suma importância, portanto, a pesquisa desta temática, ao propiciar uma compreensão do fenômeno da violência e suas conexões com as questões de gênero de maneira mais profunda e complexa, considerando os seus impactos sociais e subjetivos, a partir de práticas e discursos difundidos por dispositivos pedagógicos e de poder presentes na sociedade brasileira, como, por exemplo, a mídia, a escola, a família e as instituições religiosas.

Em vista disso, pretende-se compreender, de modo mais aprofundado, o modo com que as identidades masculinas constituem-se, ao reconhecer os mecanismos de regulação e assujeitamento que operam na direção de afirmar determinadas formas de expressão das masculinidades. Portanto, espera-se contribuir com o desenvolvimento de diferentes discussões críticas sobre o assunto, possibilitando a problematização do fenômeno da violência, ao relacioná-lo à temática de gênero, e fomentando a produção de novos conhecimentos em estudos posteriores.

Para tanto, nas discussões construídas na presente pesquisa são utilizados referenciais teóricos da Psicologia Cultural e contribuições dos Estudos Feministas e de Gênero, os quais subsidiam a análise e compreensão do fenômeno em foco. Ainda, compreende-se a relevância de estabelecer diálogos interdisciplinares com outros campos e referenciais teóricos, que forneçam elucidações úteis e significativas, ao potencializar a capacidade de compreensão da problemática investigada.

Portanto, são estabelecidas interfaces com vertentes teóricas tanto do campo da Psicologia, quanto de áreas correlacionadas à esta, como conceitos articulados ao campo da Sociologia e da Antropologia, as quais abordam a temática de gênero e da violência ou

vinculam-se a tais temáticas a partir de perspectivas distintas. Possibilita-se, dessa forma, investigar estes fenômenos à luz de diferentes espectros.

Dessa forma, ao compreender a relevância de discutir estas questões teoricamente e a partir de pesquisas empíricas, e, para além disso, ao constatar os impactos sociais e subjetivos causados, cabe questionarmos: como o modo atualmente hegemônico de constituição das identidades masculinas relaciona-se à problemática social da violência? Adota-se, enfim, este questionamento como o problema de pesquisa aqui focalizado.

Assim, o **objetivo geral** da pesquisa é analisar como as construções identitárias relativas à masculinidade hegemônica impactam subjetivamente os homens e suas interfaces com o fenômeno da violência. Os **objetivos específicos** são:

- Analisar o impacto dos padrões e estereótipos de gênero difundidos socialmente nas identidades masculinas;
- Compreender como os padrões culturais de gênero favorecem práticas violentas do homem consigo mesmo, em relação a outros homens e em relação às mulheres;
- Investigar as possíveis articulações entre os estereótipos de gênero construídos historicamente e as relações de poder entre os homens e entre homens e mulheres.

Após a presente seção, a seguir, serão apresentadas as seções teóricas, as quais visam discutir conceitos importantes a partir dos objetivos e problema de pesquisa propostos. Posteriormente, na seção 'Metodologia', são apresentadas a metodologia qualitativa proposta e considerações gerais acerca desta, além da descrição de como a pesquisa foi realizada, nos tópicos: Participantes; Materiais e Instrumentos; Procedimentos de Construção de Informações; e Procedimentos de Análise. E então, são expostas as informações construídas, sua análise e interpretação na seção de 'Resultados e Discussão'. Enfim, nas 'Considerações Finais', são retomados tópicos importantes discutidos e são apresentadas as principais contribuições e limitações da pesquisa realizada.

1. Das Bases Biológicas da Agressividade ao Ato Deliberado de Violência

1.1 Agressividade e inscrição do eu na cultura: dialogando com a psicanálise.

Frequência cardíaca elevada, aumento da atividade cerebral, dilatação das pupilas e irrigação do sangue para os músculos. Ao defrontar-se com situações potencialmente perigosas, são desencadeadas reações fisiológicas e comportamentais de luta ou fuga, imprescindíveis para a sobrevivência das espécies animais. Se na avaliação de determinada ameaça a julgamos como passível de ser eliminada, a enfrentamos por meio da luta, expressando-nos a partir da agressividade, comportamento eliciado pelo medo, o qual nos foi herdado na nossa história filogenética.

No entanto, os processos humanos de socialização e inscrição cultural demandam do sujeito a renúncia, ao menos parcial, de suas satisfações pulsionais; dentre elas, a pulsão de morte, exteriorizada por meio da agressividade (Freud, 1930). As exigências do convívio em civilização deveriam se sobrepor aos prazeres/desprazeres do eu, tendo em vista que a busca pelo gozo desmedido, por um lado, e as leis e limites impostos pela civilização, por outro, caracterizam um antagonismo irreconciliável.

Com referência à agressividade, tanto Freud quanto Lacan situam-na como constitutiva do eu, na base da constituição do eu e na sua relação com seus objetos. Não negam sua existência, ao contrário, afirmam a agressividade na ordem humana, ordem libidinal. Existe a agressividade, mas ela pode ser sublimada, pode ser recalçada, não precisa ser atuada, pois o humano conta com o recurso da palavra, da mediação simbólica (Ferrari, 2006, p. 51).

No início do desenvolvimento psicológico infantil, segundo Pietro e Jaeger (2008), o

impulso de destrutividade opera no sentido de delimitar os contornos do eu, possibilitando que a criança, na passagem ao ato, compreenda a distinção entre o eu e o outro. A partir da resistência de um outro indivíduo frente às manifestações de ódio, o bebê compreende o que faz parte do seu eu e o que não faz. Para além da demarcação identitária, a agressividade também exerce a função de conquistar o reconhecimento desse outro. Assim, as crianças mordem umas às outras, beliscam, arranham, empurram, batem, no intuito de eliminar os obstáculos presentes entre o seu eu e a satisfação de seus desejos (Gagliotto, Berté, & Vale, 2012).

De acordo com Lacan, tais agressões fazem-se necessárias diante do impossível de ser dito, "retornando, no real, o gozo que escapa ao sentido" (Lacan, 1957-58/1999, citado por Ferraril, 2006, p. 58). Dentre as intenções pretendidas pelas crianças no ato destrutivo, analisadas por Locatelli (2004), destaca-se a tentativa de expressar suas emoções e sentimentos de forma genuína, como também o desejo de impor-se frente a situações nas quais disputas de poder estão em jogo, ao serem incapazes, todavia, de fazê-lo por intermédio da fala.

A agressividade, portanto, configura-se como mecanismo necessário à constituição subjetiva⁷. Contudo, a partir da aquisição simbólica, ao longo da infância, o indivíduo aprende, aos poucos, a elaborar suas frustrações, as significando por meio da linguagem. Para além disso, ao serem capazes de compreender a diferenciação eu/outro, no processo de demarcação identitária, as crianças passam a reconhecer a existência desse outro. Compreendem que assim como seu eu, o outro também deseja satisfazer suas próprias vontades, do mesmo modo que sente dores ao ser agredido.

Logo, desenvolve-se, progressivamente, a empatia para com esse outro, suscitando a

⁷ Sugere-se, como complemento a esta discussão, o vídeo: "O mundo sem ódio é possível?", disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rm01T84l2Yg>

emergência de sentimentos de compaixão, identificação e compadecimento em relação ao sofrimento alheio. Assim, de acordo com Chaves (2008), as crianças, gradativamente, compreendem que suas ações produzem efeitos no ambiente e que, portanto, devem conter-se, refreando seus impulsos em direção à satisfação plena.

A destrutividade empregada pela criança, precedente ao reconhecimento do outro e à capacidade de compreender as consequências de seu ato, apresenta caráter essencialmente divergente do ato violento, no qual é ponderado o sofrimento alheio e, em certas situações, opta-se, deliberadamente, pela passagem ao ato. A violência, dessa forma, diferentemente da agressividade, representa atos intencionais de hostilidade e ódio, podendo, a partir da aquisição da linguagem, manifestar-se para além das agressões físicas, através de insultos, ironias, piadas maliciosas, gestos obscenos, dentre outros (Ferrari, 2006).

Afirma-se, desse modo, o papel constitutivo da cultura nos processos de constituição subjetiva (Pino, 2005). Constata-se, enfim, que o sentimento de compaixão para com o outro e a humanidade não são inatos, mas aprendidos no processo de desenvolvimento humano, ao inscrever-se na cultura.

1.2 Compreensão acerca dos processos sociais e culturais de construção das identidades.

De acordo com Valsiner (2012, p. 21), o termo cultura "(...) implica, inegavelmente, alguma forma de modificação construtiva no curso natural das coisas". Aos recursos naturais do ambiente e aos recursos produzidos pelo ser humano, são feitas atribuições de valor – assim como são atribuídos valores aos próprios seres humanos. Ou seja, são produzidas construções de significados acerca de tais objetos, as quais orientam os processos intrapsicológicos dos sujeitos, como também seus relacionamentos interpessoais.

Pode-se dizer então que, na medida em que o sistema cultural é constituído, segundo Parsons, por sistemas de *símbolos*, o que torna algo um objeto cultural é a *significação* que tem para os atores sociais. A significação constitui uma espécie de 'valor agregado' aos objetos físicos (realidade natural), sociais (relações entre atores sociais) e culturais (valores, ideias, crenças e símbolos). Portanto, para ele, a cultura traduz a dimensão semiótica da sociedade (Parsons, 1966, citado por Pino, 2005, pp. 77-78).

Valsiner (2012), um dos autores importantes da perspectiva da Psicologia Cultural, traz contribuições pertinentes e relevantes ao compreender a cultura não como uma entidade, mas como um sistema dinâmico e processual, o qual é ativamente internalizado, vinculando-se aos sistemas psicológicos individuais. Cabe destacar que tais processos de internalização referem-se a uma internalização eminentemente ativa, ao considerar o papel atuante e reflexivo do sujeito. Contrapõe-se a aspectos da Psicologia Transcultural, os quais defendem o pertencimento dos sujeitos a determinada cultura, compartilhando, necessariamente, um conjunto de características culturais, estáveis ao longo do tempo, com todo e qualquer membro daquela mesma cultura (Valsiner, 2012).

Segundo a concepção vigotskiana discutida por Pino (2005), as produções humanas, ou seja, culturais, envolvem, impreterivelmente, dois componentes que se retroalimentam: componentes materiais, os quais possibilitam a materialidade construída sobre elementos da natureza, e componentes simbólicos, ao atribuir significados por meio da linguagem e outros recursos simbólicos ao que está posto na natureza e ao que foi produzido pelo ser humano. Os diferentes artefatos culturais abrangem, desse modo, as duas dimensões, em diferentes níveis. Por exemplo, uma mesa envolve componentes materiais, como o material do qual esse objeto é feito, seu tamanho e características físicas, como, também, envolve componentes

simbólicos, isto é, o que o objeto 'mesa' representa culturalmente. Em nossa sociedade, a este objeto são, geralmente, atribuídas algumas funções, como de apoio de objetos, lugar onde são servidas as refeições, lugar onde pessoas se reúnem, dentre outras. Já um livro de história, também abrange componentes materiais, no entanto, sua dimensão simbólica assume maior importância, se comparada à sua dimensão material.

Diante disso, os símbolos inscrevem-se no corpo, e integrados a fatores biológicos e culturais, influenciam os indivíduos ao longo de seu curso de vida (Le Breton, 2007). Assim, a mediação de todas as ações da vida cotidiana ocorre por meio do corpo que, por sua vez, para além de sua dimensão biológica, é um fenômeno social e cultural, objeto de representações sociais e investimentos simbólicos.

Desde a infância, o indivíduo relaciona-se ativamente com outros sujeitos em relações de troca, a partir de produções mútuas de sentidos, inserindo-se na esfera simbólica e cultural. Apropria-se de significados compartilhados, mas também constrói suas próprias significações a partir do que retém e produz acerca do que lhe expõem.

Estes processos de significação acerca do mundo e das relações através do corpo como instrumento de socialização, são denominados, por Le Breton (2007), como socialização da experiência corporal. Resultam, então, em padrões culturais que orientam a relação do indivíduo com o mundo. Esta influência vivenciada pelo indivíduo não é restrita ao período da infância, estendendo-se à vida adulta e ao envelhecimento; acompanha as mudanças provenientes das diferentes épocas, culturas e modos de viver em sociedade.

Sendo assim, os processos de significação dos sujeitos são canalizados de acordo com a sociedade na qual os mesmos estão inseridos, em um processo que envolve as especificidades do contexto sociocultural em questão, mas que também envolve o papel ativo dos indivíduos ao significar suas experiências a partir de seu universo simbólico (Madureira, 2016).

Ao representarem determinados sistemas simbólicos, os sujeitos constroem, continuamente, suas identidades sociais. Identidades, as quais, são construídas por meio das diferenciações sociais, ou seja, dependem de identidades outras que distinguem-se daquela com a qual o indivíduo se identifica. Caracterizam-se por um processo continuado, pois não são fixas e imutáveis, estando, dessa forma, em permanente constituição (Woodward, 2000).

Enquanto demarcações simbólicas das diferenças entre indivíduos, os processos identitários possibilitam distinções referentes a quem é incluído e quem é excluído socialmente, a partir de convenções arbitrárias estabelecidas historicamente. Nesse sentido, tais distinções, as quais delimitam fronteiras entre "nós" e os "outros", podem implicar em relações sociais desiguais, caracterizadas por relações hierárquicas de poder. Ainda assim, as identidades pertencentes a um mesmo indivíduo não são unificadas, podendo contradizer-se entre si (Louro, 1999; Madureira & Branco, 2012; Woodward, 2000). Dentre as múltiplas identidades sociais, estão as identidades de gênero, que referem-se "ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas" (Louro, 1998, p. 22).

O termo gênero originou-se a partir de estudos acadêmicos que pretendiam opor-se ao determinismo biológico subjacente às diferenciações de sexo, associados a um movimento de cunho político e social específico, o feminismo. Dessa forma, buscou-se enfatizar o caráter eminentemente social e cultural das construções identitárias feitas sobre o corpo, pois, ao fazê-lo, contestariam proposições essencialistas sobre as identidades de gênero que "justificam" as desigualdades a partir de diferenciações biológicas *a priori* (Louro, 1998; Scott, 1995).

São construídas, portanto, múltiplas formas de vivenciar as masculinidades e feminilidades; sistemas identitários de representação, os quais possibilitam a construção do sentimento de pertencimento a determinados grupos sociais (Louro, 1998). Desse modo, as diversas identidades sociais pelas quais os indivíduos se definem são inscritas no corpo, ao

estabelecerem-se fronteiras simbólicas entre o eu e o outro (Madureira, 2010; Madureira & Branco, 2012). No entanto, é comum, no âmbito social, que os corpos sejam disciplinados a partir de pedagogias de sexualidade (Louro, 1999), buscando adequá-los ao que é considerado normativo. O que pode implicar, dessa forma, em um intenso sofrimento psíquico aos indivíduos sujeitados a essas práticas sexistas, fundamentadas no sistema binário de gênero e na heteronormatividade.

2. Relações de Poder e seus Impactos nos Processos Individuais de Subjetivação: Discursos Normativos Socialmente Legitimados e suas Resistências

Scott (1995) acrescenta à definição de gênero uma dimensão política, ao refletir acerca das relações de poder historicamente estabelecidas entre homens e mulheres, problematizando-as. Poder o qual, compreendido a partir da perspectiva foucaultiana (Machado, 1979), não corresponde a uma substância, ou essência da qual um indivíduo ou grupo teria posse; ao contrário, é concebido enquanto relações de forças, de opressão e resistência, práticas sociais não unificadas, manifestas nos mais diversos níveis da estrutura social.

De acordo com Roberto Machado (1979), Foucault, em suas discussões, questiona a dimensão do poder enquanto dispositivo centralizado, exercido, unicamente, pelo aparelho de Estado, de forma, exclusivamente, opressora ou coercitiva. Ao invés disso, o analisa a partir das instituições e de múltiplas instâncias sociais, as quais operam no sentido de possibilitar e reforçar a existência de determinados modos de subjetivação.

Poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder (Machado, 1979, p. XII).

Esses mecanismos de poder, que perpassam as diversas instâncias sociais, incidem sobre os corpos, visando controlar o modo com que os indivíduos agem, pensam e sentem; intitulados, por Foucault (1996), de poder disciplinar. Tal poder disciplinar é, com frequência, invisibilizado, e assim, individualizado. Seu controle é mantido por meio da

vigilância, "(...) olhar invisível, (...) que permite ver tudo permanentemente sem ser visto, que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha" (Machado, 1979, p. XVIII).

Compreende-se, portanto, que essa rede de micropoderes, que se complementam e que também se tensionam ao contraporem-se, pode atuar independentemente do poder centralizado e verticalizado do aparelho de Estado. Ainda assim, articula-se e relaciona-se, de alguma forma, ao poder estatal, propiciando, inclusive, que tal poder exercido por intermédio da lei seja afirmado e sustentado por meio de outras vias, como a família, a igreja e a mídia.

Ao conceber uma multiplicidade de relações de forças, inevitavelmente estarão presentes atritos, tendo em vista que a presença de resistências é inerente às tentativas de controle e dominação, ou até mesmo às forças sutis de assujeitamento. É importante ressaltar, no entanto, o caráter produtivo e transformador de tais conflitos travados entre forças de poder, pois estas são produtoras de modos de subjetivação, em contraposição às concepções provenientes dos modelos tradicionais de poder que o caracterizam como, unicamente, negativo e repressor (Ramminger & Nardi, 2008).

Foucault (1996) ampliou sua análise e compreensão do fenômeno em discussão, ao contemplar novas estratégias de exercício do poder, trazendo à tona o conceito de biopolítica. Segundo Duarte (2008), tal conceito refere-se a um dispositivo emergente de dominação, o qual tornou-se predominante com o advento da modernidade e da ciência moderna. Para além de um poder disciplinar que incide, individualmente, sobre o corpo do sujeito e suas condutas, são utilizados mecanismos discursivos a partir da disseminação de determinados saberes, a fim de garantir a normalização e disciplinarização dos modos de subjetivação, não mais necessitando atuar apenas de forma individualizada (Duarte, 2008).

Dessa forma, a influência dos mecanismos de biopoder é praticamente imperceptível e intangível, uma vez que efetivam-se "(...) por meio da interiorização da norma e (...)

invisibilidade dos dispositivos de controle" (Nardi & Silva, 2005, p. 97), ao incidirem, fundamentalmente, sobre os processos de constituição das subjetividades. Transcendem, assim, a finalidade única de produzirem sujeitos com base nos preceitos de docilidade e utilidade, dando lugar ao que é chamado de sociedade de controle, operando através de uma espécie de gerenciamento "em massa". Neste modelo de sociedade, busca-se gerir e regulamentar possibilidades de existência, a partir de sua normatização (Duarte, 2008).

Os discursos de saber tornam-se instrumentos de poder na medida em que estabelecem parâmetros e referenciais do que é considerado adequado, desejado, "normal" nas mais diversas esferas da existência humana. Trata-se de produções de "verdades", que adquirem legitimidade social, com a finalidade de padronização e homogeneização das possibilidades de existência, ao tolerar determinados "modos de ser" e não outros. Verdades validadas e reconhecidas por diferentes instâncias da sociedade, exercendo-se como uma ferramenta de dominação, e ao mesmo tempo, de identificação dos sujeitos que se assujeitam a essas (Nardi & Silva, 2005).

Nesta perspectiva, o sujeito é, em parte, produzido via biopoder, ou seja, via discursos hegemônicos de saberes que viabilizam modos de subjetivação, em particular, o assujeitamento, ao corresponder ao que tal exercício de poder demanda. No entanto, tais práticas discursivas também suscitam produções de singularidades, a partir da ruptura com o que está posto enquanto "verdade". Rompe-se com as expectativas implícitas nestes discursos hegemônicos, o que pode provocar sanções, a partir de um movimento de represália à rejeição de tais discursos normativos que, muitas vezes, traduzem-se em violências estruturais e institucionais, físicas e psicológicas (Duarte & César, 2014).

Tendo em vista que determinadas normas são interiorizadas no corpo social, de acordo com Nardi e Silva (2005), as resistências a estes instrumentos de poder nas ditas sociedades de controle se dão sob a ótica de reflexões acerca das técnicas de si. Ou seja,

relacionam-se a práticas reflexivas sob uma perspectiva ética e estética da existência relativas à apropriação de elementos culturais constituintes do self. Resiste-se, sobretudo, mediante exercícios analíticos e reflexivos de si sobre si, ao opor-se a normas impostas, questionando-as e recriando possibilidades de existência, em detrimento de embates diante de forças, nitidamente, antagônicas de poder, característicos de sociedades disciplinares (Nardi & Silva, 2005).

Tais dispositivos biopolíticos podem ser exemplificados a partir de algumas das instituições analisadas por Foucault, como o manicômio, a prisão e o hospital, assim como temáticas como a de gênero e sexualidade. Há discursos, que permeiam tais instituições e categorias sociais, pautados por determinados saberes, ou seja, carregados de "verdades" que o sustentam. Discursos estes, que fundamentam práticas normativas que visem regular a produção de subjetividades, ou seja, sustentam modos de dominação que perpassam o processo de constituição das experiências subjetivas do sujeito.

Compreende-se, desse modo, que saber e poder não se dissociam, tendo em vista que o exercício de poder pauta-se em saberes historicamente legitimados. Considera-se essencial, enfim, o exercício crítico voltado à desnaturalização de tais jogos de verdade, ao promover novas possibilidades de experienciar a subjetividade e desvencilhar-se de um confinamento a determinados modos de existir.

3. Masculinidade Hegemônica e suas Implicações Subjetivas e Sociais: Construções Histórico-Culturais Pautadas no Sexismo e na Heteronormatividade

Ao discutir sobre as teorizações difundidas no cenário acadêmico relativas à categoria de gênero, Scott (1995) evidencia a historicidade presente na constituição dos significados acerca do que é ser homem ou mulher. Assim, a autora critica concepções estanques, constantemente reproduzidas acerca da oposição binária de gênero, as quais atribuem-lhe um caráter fixo e permanente. Entende-se que este olhar não é neutro, pois existem outras inúmeras possibilidades, para além destas categorizações cristalizadas.

Ao olhar por diferentes espectros, possibilita-se desconstruir fronteiras simbólicas rígidas (Madureira & Branco, 2012) quanto ao processo de constituição de identidades sexuais e de gênero. Estas fronteiras simbólicas rígidas são como barreiras culturais e expressam-se a partir de preconceitos frente aos indivíduos que identificam-se com determinados grupos que ocupam socialmente posições não-hegemônicas. Desqualificam-se, portanto, indivíduos pertencentes a um grupo social distinto e, no momento em que tais fronteiras são transgredidas, são manifestadas, muitas vezes, práticas intolerantes e de violência frente aos indivíduos que as transgrediram (Madureira & Branco, 2012).

Diante disso, nos processos de construção identitária, os homens, frequentemente, fiscalizam uns aos outros; estão constantemente atentos, prontos para "frear", reprimir e conter qualquer comportamento, pensamento ou sentimento, vindo de si ou de seus pares, que possa se "desviar" do que é socialmente esperado de um homem, em uma sociedade ancorada na masculinidade hegemônica.

Constata-se que a oposição binária masculino-feminino é constantemente reafirmada a partir das relações de poder existentes, nas quais aos homens são atribuídos papéis de dominação e às mulheres, os de submissão (Louro, 1998). A superioridade associada ao

gênero masculino, em nossa sociedade, implica em concepções sexistas, as quais concebem as mulheres enquanto objetos visuais, desprovidas de desejos e autonomia e, submetidas às vontades masculinas. Mais especificamente, a objetificação é direcionada aos corpos das mulheres, que historicamente são tidos como propriedade dos homens, moldados para sua contemplação (Berger, 1980).

Na medida em que o masculino é repetidamente representado e reforçado enquanto ser dominante, ativo, agressivo, forte – tanto em seu aspecto físico, quanto emocional –, 'viril' e inexpressivo quanto aos seus sentimentos, os que aproximam-se mais desse ideal de masculinidade construído historicamente, gozam de uma posição de poder dominante em relação aos outros homens (Bourdieu, 2012; Connell, 1995; Oliveira, 1998; Parker, 1991). Há um esforço no sentido de manter as fronteiras simbólicas rígidas (Madureira & Branco, 2012) que sustentam o sexismo, a qualquer custo, independentemente do sofrimento causado, aos homens e às mulheres, em decorrência disso.

Tal posição dominante de poder, culturalmente atribuída aos homens, pode ser exemplificada ao refletirmos acerca das questões estruturais e hierárquicas de gênero que perpassam o estupro. Há, representado nos atos de estupro, uma demarcação clara, explícita e violenta de diferenciações de um lugar supostamente masculino e um lugar supostamente feminino no tocante à sexualidade.

Desenvolveu-se, segundo Machado (1998), um imaginário social que reforça os estereótipos de gênero. Por exemplo, a ideia de que a mulher está e estará constantemente disposta a satisfazer os desejos e prazeres de um homem, disponíveis para serem "aproveitadas" a qualquer momento. Afinal, "uma mulher 'honrada' seria propriedade de um único homem, aquelas que não correspondem a tal expectativa poderiam ser 'apropriadas' por todos os homens", como é discutido, de forma crítica, por Madureira (2010, p. 47). E, para além disso, não lhe é concebida a possibilidade de escolha, pois, para um homem, um "não"

vindo de uma mulher, nunca é realmente um "não", pois a um homem não se poderia negar nada. Esse "não" pode ser sempre transformado, ilusoriamente, ou forçosamente, em um "sim". Cabe, portanto, ao papel socialmente incumbido ao homem, não negar ao deparar-se com uma "oportunidade".

'Apoderar-se do corpo da mulher' é o que se espera da função viril. O 'não' da mulher, ou o 'medo da mulher', aparecem como constitutivos do desejo masculino. O estupro é muito mais o lugar do exercício da afirmação da identidade masculina especular, em que a subjugação do corpo da mulher reassegura sua identidade masculina e reafirma o caráter sacrificial dos corpos das mulheres (Machado, 1998, p. 251).

Diante disso, é importante ressaltar que práticas tidas como abomináveis socialmente, como a violência sexual, vão muito além de "distúrbios" ou "desvios" individuais. Tratam-se de construções sociais, reproduzidas no processo de socialização e inserção cultural dos sujeitos em determinada sociedade. Não considerá-las como tal, as patologizando, é afastar o olhar da população para uma problemática eminentemente social, e que pode ser transformada a partir de um movimento de resistências frente a crenças, concepções, modos de ser e estar que embasam e dão suporte a tais práticas.

Em vista disso, compreende-se que as concepções sociais sobre o corpo e sobre as questões de gênero, como um todo, adequam-se, ao longo da história, às diferentes sociedades. Ainda assim, constata-se que certas concepções perpetuaram-se socialmente, ao vincular-se a raízes filosóficas e culturais, insistindo em permanecer no imaginário social.

Dentre estas, destaca-se a divisão entre mente e corpo, que advém da filosofia ocidental, mais especificamente a partir da filosofia grega oriunda das concepções de Platão; deixando diversas marcas que até hoje são difíceis de se apagar (Araiza & Gisbert, 2007).

Separa-se o material do imaterial; à mente ou à alma, associa-se à psique, ao conhecimento, à Verdade, ao que é belo e perfeito, ao mundo das ideias e da imortalidade; ao corpo, são relegadas associações ao irracional, à obscuridade, e ao mundo dos objetos. Desta forma, ao considerá-lo como irracional e objetificado, o corpo é visto como algo que deve ser dominado (Araiza & Gisbert, 2007).

Denotam-se, ainda, os impactos sociais da oposição entre mente e corpo por ter sido também um conhecimento sustentado e corroborado pelo cristianismo, matriz religiosa que, por muito tempo, configurou-se e ainda configura-se como uma instituição social de poder no Ocidente. Portanto, o fato de que, ainda nos dias de hoje, a religião legitime esta ideia, faz com que esta concepção tenha se tornado bastante difundida socialmente.

Desde a representação da gênese humana na Bíblia, a partir de Adão e Eva, possibilita-se a identificação de concepções implícitas em relação à corporeidade e às questões de gênero. Eva, segundo Gomes (2009, citado por Madureira, 2016), remete a um ser "carnal", pois é proveniente da costela de Adão e não da figura divina; figura esta, caracterizada como a mais importante no âmbito das religiões de matriz cristã, e a qual concede a vida, portanto, ao homem. A este gênero, é atribuída a maior importância, pois foi a figura divina que o originou diretamente.

Eva, portanto, é considerada como mais suscetível ao pecado, por ter sido originada da costela do homem, logo, tida como um ser eminentemente "carnal". No Antigo Testamento, é Eva quem não resiste à tentação do "fruto proibido", associando a mulher como um ser não capaz de resistir aos prazeres corpóreos, concebidos como pejorativos e "baixos"; pois foram estes prazeres não contidos que resultaram na expulsão de Adão e Eva do paraíso (Gomes, 2009, citado por Madureira, 2016).

Dessa forma, há uma lição que busca-se transmitir a partir dessas figuras bíblicas, associadas a uma forte concepção da corporeidade humana como objeto a ser dominado,

principalmente referente à feminilidade. De acordo com a análise crítica desenvolvida por Madureira (2016, p. 71), "como verdadeiras 'Evas em potencial', as mulheres deveriam ser alvo de um controle social mais acirrado. Suas ações, seu corpo e sua sexualidade deveriam ser vigiados com rigor". Assim, ao reproduzir crenças difundidas por um modelo de masculinidade hegemônica presente em nossa sociedade, implicam-se em violências simbólicas em relação às expressões de corporeidade associadas às feminilidades, tanto perpetradas pelas próprias mulheres em relação a outras mulheres, quanto por homens. São reforçadas, portanto, concepções pejorativas acerca de expressões sexuais associadas ao feminino, perpetuando a misoginia.

Além da compreensão expressa no âmbito religioso, as representações dos corpos femininos como alvos de controle social e dominação, também se fazem presentes e estão registradas em diversas obras no campo das artes visuais (Loponte, 2002), que até hoje relegam ao corpóreo um entendimento pautado na dualidade entre mente e corpo. Obras, as quais, são marcadas por discursos que envolvem questões de gênero, sexualidade e poder.

É necessário, portanto, questionarmos como homens e mulheres são representados nas artes visuais de tradição europeia que, por sua vez, são inadequadamente generalizadas como uma representação da 'história universal da arte', uma vez que, historicamente, padrões ocidentais vêm sendo, frequentemente, assumidos como referências universais a serem seguidas (Loponte, 2002).

Verifica-se que o modo tido como único de interpretar a realidade no campo artístico e, portanto, naturalizado como "verdade", refere-se a obras nas quais o masculino é representado como dominante, um sujeito ativo, ou, se não representado explicitamente em pinturas, é a quem é endereçada a obra, para que possa servir para sua contemplação. Já a mulher, mais especificamente, seu corpo, é concebido como um objeto visual, de modo

passivo, e, portanto, evidenciada a partir de sua submissão ao homem, sendo sexualmente subjugada (Berger, 1980; Loponte, 2002).

As representações visuais são voltadas, frequentemente, para a exacerbação da sexualidade masculina; ao passo que, objetiva-se a contenção da sexualidade feminina, que deve ser resguardada. Portanto, ao compreender que estas representações acarretam formas de saber, produzindo discursos perpassados por relações de poder, deve-se romper com essa "supremacia de valores masculinos, brancos e europeus" (Loponte, 2002, p. 296).

4. Metodologia

Entendo pesquisa como diálogo inteligente e crítico com a realidade, tomando como referência que o sujeito nunca dá conta da realidade e que o objeto é sempre também um objeto-sujeito. A realidade tanto se mostra quanto se esconde. Se a ciência soubesse exatamente o que é a realidade, não seria necessária (Demo, 2001, p. 10).

Tendo em vista as particularidades do objeto de pesquisa em questão, decidiu-se adotar uma metodologia qualitativa de investigação. Esta, diferentemente do que é preconizado pelo positivismo, é científica não por obedecer normas rígidas, reproduzindo constantemente protótipos, isto é, modelos padronizados, em um movimento não criativo; mas sim, por sua alta capacidade de abstração (Minayo, 2007).

Partindo de pressupostos da epistemologia qualitativa desenvolvida por González Rey (2005), compreende-se a metodologia não como o "caminho para a Verdade", mas como uma trajetória percorrida a partir do raciocínio do/a pesquisador/a e o emprego do pensar em campo, teoricamente fundamentado. Para tal, a metodologia engloba os métodos, as técnicas de pesquisa e a criatividade do/a pesquisador/a; sem esta última, a metodologia iria tornar-se uma mera reprodução de técnicas (Madureira & Branco, 2001; Minayo, 2007).

No intuito de compreender, de forma aprofundada, os contextos histórico-culturais nos quais os fenômenos se inserem, utiliza-se uma proposta epistemológica qualitativa que esforça-se para compreender a realidade complexa, sistêmica e dinâmica que perpassa os fenômenos estudados. Portanto, a presente pesquisa é inspirada na proposta epistemológica qualitativa desenvolvida por González Rey (2005). Assim, possibilita-se a investigação do objeto de estudo das ciências humanas, predominantemente subjetivo, em que os indivíduos

atribuem significados às suas ações e manifestam intencionalidade (Madureira & Branco, 2001; Minayo, 2007).

González Rey (2005) apresenta três pressupostos centrais da epistemologia qualitativa proposta por ele. O primeiro refere-se ao conhecimento como uma elaboração construtivo-interpretativa, sinalizando que o conhecimento não está dado ou pronto, mas que trata-se de uma produção humana. Esta concepção rompe com a noção de que a validade do conhecimento caracteriza-se por sua correspondência linear com a realidade; compreensão, esta, simplista dos fenômenos. Assim, possibilita-se, de acordo com González Rey (2005), a construção de zonas de sentido que, por sua vez, permitem a produção de espaços de inteligibilidade em relação aos fenômenos investigados.

O segundo princípio relaciona-se à legitimidade da singularidade, o qual permite legitimar o conhecimento resultante de análises de casos singulares, ao considerar sua capacidade de gerar inteligibilidade e de produzir novas zonas de sentido (González Rey, 2005). Diverge, desse modo, da perspectiva epistemológica positivista, na qual o poder generalizante dos resultados obtidos em pesquisa é baseado em critérios quantitativos, utilizando-se da estatística ou de métodos experimentais, com o intuito de generalizá-los com base nos indicadores empíricos produzidos.

A generalização na epistemologia qualitativa, por sua vez, fundamenta-se, principalmente, nas articulações entre os indicadores empíricos e a base teórica adotada (González Rey, 2005). Nesse sentido, uma base teórica consistente, na pesquisa qualitativa, é particularmente primordial, por possibilitar o processo indutivo, ou seja, de produzir, a partir de contextos específicos, afirmações mais gerais.

Enfim, o último pressuposto desenvolvido por González Rey (2005) considera a pesquisa como um processo dialógico e de comunicação, a partir da crítica ao

instrumentalismo metodológico. Este processo pauta-se no diálogo com o intuito de acessar a realidade dos sujeitos, na tentativa de compreender suas vivências e significações individuais.

É relevante considerar que, há, nas ciências humanas e sociais, identidade entre sujeito e objeto de investigação. Portanto, não há como ingenuamente presumir neutralidade científica, pois, "(...) numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação" (Lévy-Strauss, 1975, citado por Minayo, 2007, p. 13).

Os/as pesquisadores/as das ciências humanas produzem interpretações a partir de objetos de estudo sobretudo qualitativos, cujos processos são fluidos e complexos, a realidade é plurideterminada, instável e, muitas vezes, interativa; e, ainda, sua percepção é subjetiva. As informações provenientes da pesquisa, portanto, não caracterizam-se pela mera "obtenção de dados" que estariam "prontos" e dispostos na realidade, mas sim, são co-construídas na interação entre pesquisador/a e participantes da pesquisa (Madureira & Branco, 2001).

Desta forma, a metodologia proposta é compreendida como um processo cíclico (Branco & Valsiner, 1997, citado por Madureira & Branco, 2001), no qual o enfoque distancia-se da mera utilização de técnicas, ao considerar a natureza complexa da realidade, enfatizando as diferenças epistemológicas entre a pesquisa quantitativa e a pesquisa qualitativa (Madureira & Branco, 2001).

4.1 Participantes

Para a realização da pesquisa, foram selecionados seis participantes do gênero masculino, os quais enquadram-se no perfil de participantes delimitado, considerando o gênero e a faixa etária, entre 18 e 35 anos de idade. Os participantes foram selecionados por conveniência, via rede social da pesquisadora. Com o intuito de preservar a identidade pessoal dos participantes, foram utilizados, no presente trabalho, nomes fictícios.

A Tabela 1, a seguir, apresenta os nomes designados aos entrevistados, em conjunto com alguns dados sociodemográficos:

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos participantes.

Nome fictício	Idade	Religião	Escolaridade	Curso
Bernardo	24 anos	Não possui afiliação religiosa	Ensino Superior Incompleto	Psicologia
Fernando	33 anos	Católico	Ensino Médio Completo	–
Murilo	18 anos	Não possui afiliação religiosa	Ensino Superior Incompleto	Química
Thiago	23 anos	Católico	Ensino Superior Incompleto	Direito
Luís	23 anos	Católico	Ensino Superior Completo	Engenharia Civil
Caio	22 anos	Não possui afiliação religiosa	Ensino Superior Incompleto	Engenharia Civil

4.2 Materiais e instrumentos

Os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa foram: o roteiro da entrevista individual semiestruturada (Apêndice A), de forma integrada à apresentação de imagens previamente selecionadas (Apêndice B). As imagens foram selecionadas de acordo com a possibilidade de remeterem-se: aos estereótipos de gênero e à violência associados à

masculinidade hegemônica, como também aos modelos de masculinidade alternativos às expectativas culturais hegemônicas, a fim de suscitar a expressão de opiniões acerca desses temas por parte dos entrevistados.

Na pesquisa de campo, foram utilizados os seguintes materiais: gravador de voz do celular, folha contendo o roteiro de entrevista previamente elaborado, computador *laptop* para a apresentação das imagens selecionadas, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C) impresso.

4.3 Procedimentos de construção de informações

Anteriormente à realização da pesquisa, o projeto desta foi submetido e aprovado (Anexo A) pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília (CEP UniCEUB). Assim, possibilitou-se a ida a campo para a realização das entrevistas com os participantes selecionados. As entrevistas foram efetuadas, em sua maioria, na biblioteca do UniCEUB. Além do espaço da biblioteca, uma entrevista foi realizada na residência do participante e, outra, em seu ambiente de trabalho.

No momento de realização da entrevista, primeiramente, foi esclarecido aos participantes o objetivo geral da pesquisa, com a posterior explicação de que não haveria respostas certas ou erradas e que o intuito seria o de expressarem suas opiniões pessoais acerca das temáticas abordadas.

Em seguida, foram entregues aos participantes os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido com a instrução de realizarem a leitura do documento e, ao final, perguntarem se houver eventuais dúvidas. As dúvidas, portanto, foram esclarecidas e lhes foi exposto que suas identidades pessoais seriam mantidas em sigilo. Foram, então, solicitados os consentimentos em relação à gravação em áudio das entrevistas, esclarecendo que os arquivos de áudio seriam excluídos após a análise de seus respectivos conteúdos.

Por fim, foram realizadas as entrevistas individuais semiestruturadas. Ao final, foram apresentadas algumas imagens acompanhadas de duas ou três perguntas com o objetivo de explorar as crenças, pensamentos e sentimentos relacionados às imagens apresentadas. As questões da entrevista foram formuladas previamente, no entanto, no momento da entrevista, a pesquisadora pôde acrescentar questionamentos pertinentes à discussão, direcionar pontos de interesse, aprofundar em questões específicas, dentre outros. Trata-se, portanto, de uma entrevista semiestruturada, que apresenta uma estruturação mais livre e flexível que um questionário ou uma entrevista estruturada.

Com relação às imagens, é importante destacar que estas tratam-se de artefatos culturais (Madureira, 2016), ou seja, não são expressões neutras da realidade; pelo contrário, são arbitrarias, inseridas em um modo específico de produção de representações visuais, a partir das distintas formas de compreender os objetos e fenômenos. Enquanto artefatos culturais, as imagens são percebidas nos espaços coletivos a partir de diferentes concepções, advindas de processos de significação fundamentados em experiências pessoais, inseridas em contextos culturais estruturados que orientam, assim, o pensar, o sentir e o agir dos indivíduos (Madureira, 2016).

Portanto, de acordo com Madureira (2016), as imagens podem servir como ferramentas metodológicas significativas ao proporcionar discussões de temas considerados socialmente como *tabus*, ou difíceis de serem abordados de forma direta. Tendo em vista que a pesquisa proposta engloba temáticas como violência e processos identitários, as imagens podem suscitar discussões e afetos que, talvez, não seriam possíveis somente com a realização da entrevista.

4.4 Procedimentos de análise

Posteriormente à realização das entrevistas individuais, todo o conteúdo foi transcrito a partir das gravações de áudio realizadas. Assim, possibilitou-se a análise e interpretação das informações construídas a partir do conteúdo expresso nas entrevistas, respaldando-se nas discussões teóricas presentes na literatura especializada concernentes à Psicologia Cultural, às construções identitárias de gênero, às discussões foucaultianas sobre o poder, à masculinidade hegemônica e sua relação com o fenômeno da violência.

Para tanto, utilizou-se o método de Análise de Conteúdo, o qual, de acordo com Gomes (2007, p. 84), viabiliza "o uso de inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar a dimensões que vão para além da mensagem", objetivando, dessa forma, a realização de interpretações mais profundas, ao transcender o que está meramente explícito na mensagem presente na fala dos participantes.

Mais especificamente, utilizou-se a Análise de Conteúdo Temática (Bardin, 2011), na qual as temáticas abordadas pelos participantes, articuladas aos objetivos da pesquisa, constituem unidades de análise e são centrais no processo de categorização de suas falas. Dessa forma, após análise inicial destas, com o intuito de nortear o trabalho interpretativo a ser realizado pela pesquisadora, foram construídas, no final do processo de transcrição das entrevistas, as seguintes categorias analíticas temáticas: (1) Estereótipos de gênero em discussão; (2) Implicações da masculinidade hegemônica na subjetividade dos homens; e (3) Masculinidade hegemônica: violências em relação a outros homens e em relação às mulheres.

5. Resultados e Discussão

Nessa seção serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos das entrevistas individuais semiestruturadas realizadas, a partir das categorias analíticas temáticas anteriormente especificadas, baseando-se nos objetivos e no problema de pesquisa propostos. Cabe destacar que, como já mencionado, os nomes apresentados são fictícios.

5.1 Estereótipos de gênero em discussão.

Inicialmente, considera-se relevante destacar um ponto de convergência entre a maioria dos participantes referente às mudanças, principalmente, macrossociais e, em parte, no tocante à história de vida individual dos entrevistados, ao discutir acerca da temática de gênero. Há, nas falas dos participantes, um discurso permeado por reflexões acerca da cultura associadas à temporalidade, retratados a partir da fala de Thiago, ao falar sobre seu pai, tios e avôs: *"vem mudando ultimamente né, (...) hoje em dia tem um baque muito grande com a sociedade atual e a sociedade da época deles"*.

Os participantes Bernardo, Caio, Fernando e Thiago, em suas falas, expressaram, de forma direta e explícita, a respeito das mudanças sociais em relação ao machismo e à sociedade patriarcal, com comentários similares a: "antigamente as coisas eram assim, hoje já não são mais". Murilo não se manifestou de forma explícita, mas implicitamente demonstrou uma percepção acerca das modificações no âmbito macrossocial, se referindo a um comentário machista emitido por um colega, a partir da fala: *"como a pessoa pode falar isso, nos dias de hoje?"*. O único participante que não se pronunciou quanto essa questão foi Luís.

A recorrência de tais declarações ilustra a discussão teórica desenvolvida por Valsiner (2012), ao associar a cultura à processualidade, em detrimento de concepções difundidas relativas à cultura enquanto entidade, fixa e imutável. Ou seja, remete-se à irreversibilidade

do tempo, princípio de fundamental importância na Psicologia Cultural. Rompe-se com a expectativa, disseminada pela vertente da Psicologia Transcultural, de estabilidade, ao longo de gerações, em relação aos processos culturais (Valsiner, 2012).

Há, sim, certa estabilidade observada nas "verdades" socialmente legitimadas, perpetuadas e reiteradas nos mais diversos âmbitos da produção de saberes. No entanto, trata-se de uma estabilidade temporária, em que as normas sociais são estimadas enquanto vigentes em dado momento, até que já não o são, tendo em vista que os sistemas culturais de crenças e valores são suscetíveis a transformações, ao concebê-los como construções culturais.

Isso pode ser demonstrado a partir da fala de um dos participantes ao final da entrevista. Em um primeiro momento, Fernando, ao ser perguntado, se gostaria de acrescentar alguma coisa, disse que não. No entanto, logo em seguida, acrescentou: "*o mundo de hoje tá tão complicado que, às vezes, a gente se perde. Um dia é de um jeito, outro dia é outro, é uma confusão*".

É relevante destacar que as mudanças nas normas sociais, que, frequentemente, suscitam nos indivíduos sensações de confusão, das quais o participante se refere, podem ter múltiplos desdobramentos subjetivos. Ressaltam-se, no entanto, dois desdobramentos pertinentes, especialmente no tocante às relações de gênero. Um deles refere-se à busca de compreensão acerca de tais transformações, no sentido de serem provocadas reflexões críticas e possíveis mudanças subjetivas. Ou seja, o próprio sujeito refletir em que medida ele está implicado nas questões abertas a discussão e, ponderar como ele poderia modificar suas atitudes de modo a adequar-se às mudanças sociais em questão.

Em outra direção, as transformações sociais podem desencadear, em muitos indivíduos, sentimentos de medo e ameaça diante do desconhecido (Brandão, 2005). Nesta circunstância, predomina-se o esforço na direção de manutenção "das coisas tais como elas

estão". Com o intuito de assegurar tal manutenção, se faz necessária a utilização de estratégias diversas, dentre as quais, destaca-se a violência.

Segundo Madureira e Branco (2012), a tensão entre estabilidade e mudança está e estará, eminentemente, presente nos sistemas culturais, ao pressupor que as transmissões culturais são bidirecionais, de forma coerente com a adoção do modelo bidirecional de transferência cultural proposto por Valsiner (2012). Para tanto, em sintonia com os pressupostos da Psicologia Cultural, destaca-se a relevância do papel ativo do sujeito, em decorrência, por exemplo, de suas experiências subjetivas particulares e de sua capacidade reflexiva.

Dessa forma, em um nível macroanalítico, movimentos político-sociais, como o feminismo, viabilizam, a longo prazo, modificações substanciais nos processos culturais (Madureira & Branco, 2005). Tais transformações tornam-se fundamentais, ao nos posicionarmos politicamente frente às relações desiguais de gênero, compreendendo como necessárias as reconfigurações na forma com que as relações de gênero estão, ainda, estruturadas na atualidade.

A partir disso, cabe mencionar que, em diferentes níveis, os participantes expressaram, em seus relatos, concepções críticas ao machismo e à masculinidade hegemônica. Posicionamentos, os quais devem ser considerados. No entanto, é importante ter o cuidado ao analisar minuciosamente fatores que podem estar por trás das manifestações de opiniões por parte dos entrevistados. Não se deve esquecer que, na pesquisa de campo, as informações produzidas são co-construídas, e que há, inevitavelmente, influências por parte do/a pesquisador/a, ao considerar que não é possível a neutralidade científica, especialmente em pesquisas cujo objeto de pesquisa é o próprio ser humano (Minayo, 2007).

Dessa forma, tendo em vista que a realização da pesquisa foi conduzida por uma pesquisadora mulher, compreende-se que é possível que tal fato tenha influenciado, de

alguma forma, as respostas dos participantes. Como, também, possa ter favorecido prováveis omissões de algumas opiniões frente a temáticas que envolvem o preconceito, mais especificamente, o sexismo que, a depender do contexto, pode ser considerado, socialmente, como um *tabu*.

Partindo da compreensão de Foucault (1996) em relação às resistências frente às relações de poder instituídas e, abarcando os relatos dos participantes quanto à observação de mudanças substanciais no modo como o machismo é concebido atualmente no âmbito da nossa sociedade, infere-se que as concepções e crenças, tidas como machistas, tornaram-se, em diversos contextos, mais difíceis de serem expressas abertamente por um homem. Apresentam-se, de certa forma, de modo velado, diante de certos grupos sociais, ainda que apareçam, também, de forma explícita, mediante, por exemplo, práticas violentas contra as mulheres.

Há poucas décadas atrás, ao homem era concedido a possibilidade de expressar-se como bem entendia sobre si, sobre os outros, e principalmente, sobre as mulheres. Não lhe era interdito "falar mal", xingar, expor sua opinião. Afinal, a mulher era concebida enquanto objeto (Berger, 1980; Loponte, 2002), e portanto, sua opinião não era considerada como válida, assim como seus sentimentos e julgamentos, acerca do que era dito sobre elas e para elas, não deveriam ser levados em consideração.

No entanto, devido às resistências frente ao sexismo, principalmente propiciadas pelo movimento feminista, há, na atualidade, uma maior vigilância acerca do que é permitido, ou não, de ser exposto em frente às mulheres, no que concerne a opiniões que possam ser julgadas e condenadas por estas. Isso ocorre, principalmente, quando homens percebem que tais mulheres podem discordar dos seus posicionamentos. Ora, ser cerceado, ou "podado," por mulheres, ter seu pensamento criticado, reprimido, ou anulado por uma mulher, para alguns homens, é inconcebível. Em virtude de tais resistências, ressalta-se, novamente, o

caráter produtivo do embate entre relações de forças de poder (Ramminger & Nardi, 2008), ao propiciar reflexões críticas acerca de práticas naturalizadas no cotidiano, questionando o que está posto como "verdade".

O participante Fernando, por exemplo, constantemente, deslocava, em suas afirmações, o machismo para pessoas próximas a ele, como familiares, colegas e amigos, em detrimento de identificar-se, propriamente, com posicionamentos sexistas. "*Que tem homem que é machista, num entende, né. Tem muitos colegas meu que é muito machista, só pensa nele. Pra ele só vale a opinião dele, não respeita a dos outros (...). É porque no caso, o colega meu lá, ele é muito machista com a esposa dele, né*". Tal comportamento pode indicar um certo desconforto em discutir estas questões, caso o participante se colocasse como o protagonista do preconceito.

Ainda assim, ao considerar que a participação na pesquisa é voluntária, infere-se que homens extremamente machistas provavelmente não aceitariam discutir, abertamente, sobre a sua masculinidade, e portanto, não consentiriam em participar de uma pesquisa como esta. Para tais homens, este não seria um tema passível de discussão, ao esforçar-se na direção de manutenção das fronteiras simbólicas rígidas (Madureira & Branco, 2012) que sustentem o sexismo. Dessa forma, os indivíduos que se propõem a participar de uma pesquisa cujo tema de investigação engloba masculinidades, violências e relações de poder, supostamente têm uma maior abertura para refletir acerca de sua própria masculinidade e, como consequência, para refletir sobre as questões de gênero.

Nessa direção, o participante Bernardo transpareceu tal abertura, indicando sentir-se confortável para expor seu posicionamento acerca das temáticas propostas, inclusive para tecer críticas a uma vertente mais extrema do feminismo, conforme é expresso no seguinte relato:

"Eu não acho o feminismo extremo, do jeito que tá agora, saudável. Sabe? Eu acho que tem um lado saudável sim, que é aquele feminismo mais raiz, tipo, igualdade. Porque, a partir do momento... aquela velha história, o oprimido se torna o opressor. Em vez de você querer igualdade, liberdade, fraternidade, que que você quer? Você quer fraternidade pros seus, né? (...) Não é que você queria ser igual, você queria ter aquilo que eles tinham, é diferente. Eu percebo que, no feminismo de hoje, mais extremado, foi de uma luta pelos direitos e pela igualdade pra um ódio aos homens".

O participante Bernardo reflete criticamente acerca do movimento feminista, ao considerar que determinadas vertentes do feminismo sustentam discursos extremistas, que extrapolariam uma luta pela equidade entre os gêneros. É importante destacar, no entanto, que o feminismo não se expressa a partir de uma vertente única. Trata-se, portanto, de um movimento social e político plural, que contempla inúmeras vertentes e perspectivas, com implicações diversas.

Ainda, ao serem perguntados na entrevista acerca da existência, ou não, de um homem ideal, e de como ele seria, caso existisse, Murilo responde que um homem ideal é *"um homem que não seja babaca"*. E quando questionado o que seria um "homem babaca", ele diz: *"Esses clássicos que a gente vê na televisão, tipo, pessoas hipócritas. Homens que não consigam ter uma mente aberta, não aceitem verdades, só aceitem boas mentiras, que eles fiquem bem na fita. O clássico cara que briga no estádio, o cara que chega em casa, bate na mulher, confronta os filhos"*.

O participante se posiciona, desse modo, em oposição a atitudes que se remetem, perceptivelmente, à masculinidade hegemônica. Principalmente, no que se refere à utilização, por parte dos homens, da força e de diferentes formas de violência, com o intuito de afirmar sua posição de superioridade em relação às mulheres e aos outros homens (Bourdieu, 2012;

Oliveira, 1998; Welzer-Lang, 2001). Além disso, o entrevistado aponta atitudes rígidas e inflexíveis adotadas por alguns homens para que eles "fiquem bem na fita", ou seja, na busca de preservar tais posições privilegiadas.

Bernardo, por sua vez, trouxe estereótipos recorrentes, arraigados no imaginário da sociedade brasileira, ao relatar que um homem ideal seria: "(...) *uma pessoa branca, loira, alta, forte. Foi isso que me veio. Mas agora, internamente, quando eu paro, eu: velho... não acho que esse seria um homem ideal. (...) Tipo, Capitão América*".

Os estereótipos associados, culturalmente, à masculinidade estão explícitos nas falas dos participantes ao responder a pergunta: 'O que é ser homem?'. Bernardo responde: "(...) *vem aquele construto clássico, né, do que é ser homem, (...) não que eu tenha isso pra mim. É aquela coisa de, ah você ser homem, você provê, você abrir a porta pra mulher... Aquela coisa toda do patriarcado, sabe?*". Já Fernando, considera que "*ser homem é uma pessoa correta, uma pessoa responsável. Uma pessoa que sabe compreender o lado tanto dele, quanto da outra pessoa, né*".

Destaca-se, na fala do participante Fernando, um posicionamento que retrata a importância dos homens desenvolverem a capacidade empática, ao evidenciar a necessidade de "compreender o lado do outro". Como mencionado anteriormente, na infância, tal capacidade é, progressivamente, desenvolvida. No entanto, ao analisar os modos com que meninos e meninas são socializados/as e educados/as na nossa sociedade, verifica-se que tal posicionamento contrapõem-se a determinadas práticas ancoradas na masculinidade hegemônica.

Ora, as meninas e as mulheres são, ao longo de sua vida, frequentemente, socializadas e educadas a priorizar o cuidado para com o outro e a satisfazer os desejos desse outro, antes mesmo dos seus próprios desejos. Por outro lado, os meninos e os homens são, com certa frequência, socializados de modo a priorizar-se, isto é, de modo a satisfazer seus desejos e

necessidades, ainda que isso possa produzir consequências negativas, ou, por vezes, trazer prejuízos às outras pessoas.

Thiago, por sua vez, traz algumas pré-definições acerca do que é ser homem, ora pautado na Biologia, ora remetendo-se às construções sociais de gênero. Em uma perspectiva biologicista, alega que o homem é "*aquele que nasce com um cromossomo XY*". Contudo, posteriormente, se refere às expectativas sociais de gênero, ao afirmar que o homem:

"tem algumas características pré-definidas. Questão de roupa, como o homem se veste, como a mulher se veste, comportamento, brinquedos... Os meus sobrinhos, por exemplo, têm vídeo game, carrinho, bola de futebol, e mulher geralmente é outros tipos de brinquedo. Tem coisas pré-definidas né, como roupas, forma de falar, forma de andar...".

Ao expressar isso, o participante poderia indicar que tais características não são passíveis de serem questionadas ou discutidas, pois estes comportamentos seriam considerados como pré-definidos, e não construídos (Scott, 1995). Nesse caso, seria defendida uma concepção de que é da "natureza" do homem ou da "natureza" da mulher comportar-se de uma forma, e não de outra.

Na busca pela manutenção das fronteiras simbólicas rígidas, supracitadas, ancoradas no sexismo (Madureira & Branco, 2012), o essencialismo biológico torna-se estratégico. Pois, ao compreender que as relações hierárquicas de gênero referem-se às esferas pertencentes à "natureza" do ser humano, modificar tais estruturas é impraticável, e, assim, as configurações de tais relações não devem ser contestadas. Os lugares sociais designados aos homens e às mulheres estariam, claramente, delimitados e, nesse sentido, constituiriam barreiras culturais rígidas, intransponíveis (Madureira, 2010).

Para além disso, Thiago complementa seu relato acerca do que é ser homem, afirmando determinados comportamentos como masculinos: "*comportamento entre eu e meus amigos, por exemplo, é forma de falar, a gente não fala de uma maneira mais leve, né. Às vezes, brincadeiras, nossa... mais pesada. Seja brincadeira de lutinha, jogando bola*". O participante, portanto, de forma indireta, atribui ao homem comportamentos mais agressivos, ao caracterizar as brincadeiras como "mais pesadas"; corrobora, também, com a concepção hegemônica de que o homem deve ser percebido como forte, até mesmo no tom de sua fala, ao apontar que ele e seus amigos não falam de uma maneira "mais leve". Ainda, acrescenta: "*Eu acho que questão assim com emoções não ser tão... falar tão fácil das nossas emoções, em público né, só questão mais fechada, mas não demonstrar o que seria como sinal de fraqueza, assim sabe? Essas coisas*".

Por outro lado, com relação à mulher ideal, os participantes, em sua maioria, não expressaram opiniões acerca de características femininas desejáveis, ancoradas nos estereótipos de gênero. Somente expuseram atributos genéricos admiráveis em um ser humano, o que poderia indicar a precaução, anteriormente mencionada, por parte dos entrevistados para expressar ideias que pudessem manifestar crenças ou atitudes possivelmente não aceitas por certos grupos sociais, e principalmente, pelas mulheres. Como também, sob outra perspectiva, poderia indicar a hipótese explicativa, já mencionada, no que se refere à abertura desses homens para discutir abertamente questões ligadas à masculinidade, por terem concordado, voluntariamente, em participar da presente pesquisa.

Ainda assim, destaca-se a resposta do participante Fernando frente ao questionamento da pesquisadora quanto à existência, ou não, de uma mulher ideal, ao dizer que mulher ideal é:

"uma mulher companheira né, uma mulher que compreende o lado de todos. Tem mulher que num respeita, ela só pensa nela e não respeita ninguém. (...) Eu acho que minha esposa, acho ela ideal, tudo ela compreende, tudo que eu falo ali. Porque tem umas que já faz barraco né, já faz um monte de coisa. Tem umas que é mais tranquila".

O que poderia estar por trás da fala de Fernando ao argumentar que uma mulher ideal seria uma mulher que compreenda tudo que o homem fale, que seja tranquila e que não pense nela, acima de tudo? Tais falas podem denotar práticas discursivas, constantemente reiteradas, acerca das expectativas sociais de que a mulher ocupe um lugar de submissão, normatizando e prescrevendo as possibilidades de ser e estar das mulheres em sociedade. Reforçam-se os dispositivos de biopoder, em que o controle biopolítico é exercido a partir da interiorização das normas impostas pelos discursos hegemônicos de saber (Nardi & Silva, 2005). Em outro momento da entrevista, Fernando acrescenta: *"querendo ou não, o homem é machista né, o homem nunca quer ficar abaixo da mulher"*, ao relatar que não se sentiria bem caso sua esposa recebesse um salário maior que o dele.

Tais expectativas em relação aos comportamentos "apropriados" para uma mulher são identificadas pelo participante Caio, ao comentar que espera-se que a mulher seja reservada, quando lhe foi perguntado se a sociedade espera coisas diferentes de homens e mulheres, assim como por Murilo, ao apontar que espera-se socialmente: *"aquela mulher submissa, aquela mulher que saiba seu lugar", uma mulher que preze mais o homem do que ela. (...)* *Como se a mulher devesse servir ao homem, mesmo no contexto religioso ou não, teria que ser delicada".*

São produzidos os mais diversos impactos nas subjetividades das mulheres ao delimitar, de forma rígida, comportamentos socialmente esperados, congruentes a uma

concepção de inferioridade em relação ao feminino, associados a diversas interdições e impossibilidades pelo simples fato de ser mulher. Bourdieu (2012) refere-se ao termo "confinamento simbólico" para exemplificar as limitações impostas às mulheres, como também pelas mulheres, quanto aos seus trajés, gestos, modo de caminhar, pensar e agir.

O autor relaciona tal confinamento simbólico à "arte de se fazer pequena" (Bourdieu, 2012, p. 39), que envolve desde a utilização de diminutivos para adjetivar tudo aquilo que se associa ao feminino: 'mulherzinha', 'meiguinha', 'princesinha', 'educadinha', 'delicadinha', dentre outros, até repressões às mulheres e às meninas por sentarem de pernas abertas, por exemplo. Encorajadas, muitas vezes, a sorrir, mesmo quando são constrangidas; a concordarem, ainda que discordem de tudo que é dito; a admitir serem interrompidas, afinal, partindo dessa concepção, sua opinião não seria tão importante quanto a de um homem.

No tocante às expectativas por parte da sociedade frente a homens e mulheres, Thiago, Luís e Caio apresentam opiniões convergentes, ao mencionar o construto clássico de estereótipos associados ao feminino, relacionados aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos, em contraposição aos estereótipos associados ao masculino, relacionados à ideia de um homem que é trabalhador, provedor financeiro, que toma a frente das decisões e soluciona os problemas da família (Boris, 2011; Louro, 1998; Oliveira, 1998).

Murilo expressou a seguinte percepção: "*pros homens, espera muito que a gente seja aquela figura de homão, o cara que é macho, o cara que não tem medo das coisas. Não pode ter medo, não pode vacilar, tem que seguir em frente, tem que ser sujo, vagabundo...*".

Pode-se exemplificar a perspectiva de que o homem deve ser "sujo" e "vagabundo", a partir da fala de Bernardo, que, em tom crítico, exprime o mesmo entendimento a partir de uma situação que ocorreu com seu irmão. Ele estava em um bar, quando uma amiga do seu irmão disse: "*se for pra pegar uma menina gostosa e não finalizar, é melhor você pegar uma menina com um rostinho bonito, né, na festa*". O participante, logo em seguida, expressou:

"Aí eu fiquei assim... finalizar. Tipo, é uma mulher que tá falando isso, não é um homem, sacou?". Um pouco depois, a amiga do irmão disse: "Você não é desses que come e enjoa não, né? Se não, ó, eu fico puta hein". E, então, Bernardo acrescentou em sua reflexão:

"Cara, ela tá sendo totalmente paradoxal. A própria linguagem dela tá revelando que ela tem uma mentalidade que objetifica as mulheres, inclusive ela mesma, sacou? (...) Tratando a pessoa como se fosse um objeto que usou ali, não tem mais uso, descartável, foda-se, vou embora. (...) E usaram a expressão, uma construção comum, né, tipo: 'ah, poderia virar uma pizza depois, né'. Tipo, ao invés de você fazer sexo e é um ser humano que tá ali, (...) era o que? Não era um ser humano, era uma bunda, que tava ali, e peitos, no máximo, sacou? A partir do momento que eu já não tenho mais vontade de te usar, eu poderia usar de outra forma, você poderia virar uma pizza, pra eu comer, ou poderia só desaparecer, puf, e ir embora, sacou?"

Trata-se de um exemplo pertinente e extremamente significativo, pois observa-se um homem afirmando, com clareza, que os corpos das mulheres são objetificados, ao evidenciar tal objetificação a partir da fala de uma mulher. Bernardo, nitidamente, reconhece que, socialmente, é comum e corriqueiro que um homem objetifique a mulher de tal forma, utilizando termos como "comer", ou "finalizar", a ponto de explicitar, para além de uma objetificação simbólica, uma analogia a um objeto literal, em que a mulher poderia, simplesmente, se tornar um pedaço de comida.

"E, comendo, o parceiro ativo metaforicamente consome o passivo: possuindo, tomando posse, estabelecendo propriedade" (Parker, 1991, p. 71). O autor, a partir do trecho citado, destaca a importância de nos atentarmos e analisarmos a linguagem utilizada no cotidiano ao nos referirmos ao corpo e à sexualidade, uma vez que, os modos com que

estruturamos esse sistema de signos, conectam-se, intimamente, à perpetuação de sistemas de valores culturais. Como, por exemplo, contribuem para a manutenção das desigualdades, incluindo o sexismo.

No entanto, cabe, também, ressaltar que, observar a subversão dos papéis estereotipados de gênero, em que as mulheres utilizam os mesmos termos usados por homens para se referirem a elas, causa estranheza. À vista disso, o entrevistado expressa espanto, ao perceber que, as próprias mulheres, muitas vezes, objetificam a si e ao próprio corpo.

Por um lado, pode-se evidenciar, a partir deste exemplo, que o sexismo é sustentado não somente pelos homens, como também pelas mulheres (Bourdieu, 2012; Madureira & Branco, 2012). Muitas vezes, de forma não intencional, as mulheres expressam concepções permeadas pelo sexismo. Por outro, é importante questionarmos: por quê há a expectativa de que tal linguajar seja utilizado, exclusivamente, por homens?

Há, por trás disso, expectativas sociais que indicam que, até nas expressões de linguagem utilizadas, a mulher deva ser "recatada" para referir-se a temáticas referentes à sexualidade. Isso se deve ao construto social de que as mulheres devam ser delicadas, "reservadas" e, dessa forma, não podem discutir sobre sexo. Só são permitidas fazê-lo caso haja uma vinculação afetiva com o parceiro, ou a partir de expectativas de que, ao negociar a concessão da realização do ato, estabeleçam-se relacionamentos formais e duradouros (Heilborn, 1999). Afinal, lhes são atribuídas o papel de cuidadoras, uma vez que elas são praticamente "obrigadas" a ser mães; em algum momento, isso "deveria" ocorrer.

Em contraposição, ao homem é permitido relacionar-se sexualmente somente pelo prazer em si, não lhe sendo demandado que haja algum significado afetivo, ou nada além do puro prazer (Heilborn, 1999). Logo, é esperado que tal linguajar "chulo" "saia da boca" de um homem, e não de uma mulher que, por sua vez, deveria manter uma concepção romantizada do sexo.

5.2 Implicações da masculinidade hegemônica na subjetividade de homens.

A masculinidade hegemônica, segundo Connell e Messerschmidt (2013), pode ser concebida enquanto configurações de práticas historicamente reforçadas e socialmente legitimadas, no tocante às relações de gênero, que visem sustentar a manutenção de posições de dominação dos homens em relação às mulheres. Tratam-se de padrões normativos, ou seja, modelos de conduta socialmente desejáveis e legitimados, a fim de conquistar posições hierárquicas de poder e aprovação por parte de outros homens, inseridos na lógica de um sistema social patriarcal.

Esta conceitualização não permite a correspondência linear de masculinidade hegemônica definida enquanto a "personalidade" dos homens, de forma estanque, ou da personificação de um grupo de indivíduos do gênero masculino que apresentem um mesmo "perfil" comportamental. O que nos leva a uma compreensão de que as performances de gênero referentes à masculinidade não se tratam de um modelo universal ahistórico e, muito menos, de uma essência ou natureza masculina.

Em vista disso, compreende-se que, enquanto modelos admiráveis e exaltados pela mídia e por diversas instituições sociais, há, frequentemente, no processo de socialização masculina, uma busca incessante de corresponder a tais ideais hegemônicos, além das exigências e tentativas de regulação exercidas por parte de seus pares e homens adultos, muitas vezes, de forma impositiva, na busca de assegurar tal conformidade e adequação. Ora, quanto mais os homens aproximam-se das expectativas ancoradas na masculinidade hegemônica, mais eles gozam de uma posição privilegiada.

No entanto, há, impreterivelmente, um "custo a ser bancado" a fim de conservar esta posição privilegiada; custo, este, possivelmente alto, em prol da preservação dos benefícios

provenientes de uma posição de dominação. Ou seja, não há como desconsiderar os impactos subjetivos decorrentes do processo de tornar-se homem (Boris, 2011).

A busca de corresponder a referenciais de conduta desejáveis e aceitos socialmente pode ser evidenciada na resposta de alguns participantes ao serem perguntados se, na infância, tiveram um modelo de homem que lhes inspiraram a ser quem são hoje. A maioria atribuiu tal papel à figura paterna e, posteriormente, revelaram alguns dos aspectos desses modelos nos quais buscaram se espelhar. *"Eu achava que entrar numa briga seria legal porque meu pai era porradeiro. Ele brigava muito na rua, e aí eu achava que isso seria ser homem, e que isso ia agradar o meu pai, aos olhos dele"*, relata o participante Bernardo, referindo-se à associação, fortemente arraigada socialmente, entre masculinidade e agressividade.

Ainda, Bernardo acrescenta: *"Meu pai parece um touro fisicamente, ele é muito forte, e aí eu sempre tive esse modelo do cara gigante que trabalha muito, e ganha um dinheiro consideravelmente muito bom, e que respeita muito as mulheres (...). Respeita muito dentro da lógica do patriarcado, né"*. De modo similar, Fernando cita a qualidade de "batalhador", para referir-se à característica que o inspira em seu pai, e Caio declara inspirar-se no crescimento profissional e no sucesso financeiro do seu genitor.

Tais falas exemplificam padrões estereotipados de gênero, apontados por Oliveira (1998), nos quais a imagem masculina é associada, recorrentemente, à "autonomia, autoconfiança, liderança, agressividade, força, aventura, arrogância, poder de decisão, capacidade de domínio, assertividade, rusticidade, orientação para realização" (p. 103). Em contraposição, tendo em vista que a masculinidade é relacional, ao considerar o binarismo de gênero enquanto um sistema fundamentado em uma espécie de dualismo moral (Parker, 1991), no polo oposto: "as mulheres tinham associadas às suas imagens capacidades

sentimentais, emotivas, compreensivas, docilidade, dependência e submissão, além de estarem orientadas para a maternidade" (Oliveira, 1998, p. 103).

Com o intuito de aprofundar a compreensão, no que se refere à socialização masculina na infância e os impactos subjetivos em decorrência disso, foi pedido aos participantes que relatassem lembranças de ensinamentos que receberam na infância no tocante à sua masculinidade e de como se portar diante dos outros. Foi unânime o relato de ensinamentos e sanções que denotam a apropriação de discursos ancorados na masculinidade hegemônica por parte de seus pares e/ou figuras de autoridade.

A frase "homem que é homem..." foi utilizada, recorrentemente, por alguns participantes para evidenciar certos discursos propagados por figuras masculinas significativas para os entrevistados. Lhes foram ditas as seguintes frases: Homem que é homem... "*fala grosso*", "*é mais imponente*", "*(...) tem que ficar com várias meninas*" (Luís); "*(...) tem que ser correto*", "*(...) não tem que ser covarde*" (Fernando); "*(...) não dá recado, você tem que peitar as coisas que são suas*" (Bernardo).

Tais falas demonstram, nitidamente, um lugar atribuído ao homem enquanto um sujeito ativo e viril. Além de evidenciarem a valorização de homens que tenham uma vasta experiência sexual e pluralidade de parceiras dispostas a satisfazer seus desejos sexuais, características fortemente enaltecidas nas sociedades latino-americanas, como mencionado por Madureira (2010). Diante disso, é notória a dicotomia entre atividade e passividade, antagonismo que sustenta diversas outras oposições designadas ao binarismo feminino-masculino, embasando práticas sexistas (Bourdieu, 2012; Borrillo, 2009; Parker, 1991; Welzer-Lang, 2001).

Além disso, muitos dos discursos reproduzidos por figuras próximas aos participantes relacionam-se a concepções pautadas no sexismo, ao retratarem falas que expressem a rejeição de tudo que é culturalmente associado ao feminino, como: Homem que

é homem... "(...) *não lava a louça*", "(...) *se veste de uma forma e não de outra*" (Luís); "*não faz a sobancelha*" (Thiago). Pressupõe-se como inconcebível que um homem possa apresentar características consideradas, socialmente, como femininas, pois, partindo do entendimento corroborado pela matriz hegemônica de gênero, as expressões associadas à feminilidade são consideradas inferiores às associadas à masculinidade. E, dessa forma, são julgadas como inconcebíveis de serem exteriorizadas por um homem, que supostamente deveria "honrar", a todo custo, sua masculinidade "viril" e machista.

Aos meninos, nos espaços intitulados por Welzer-Lang (2001) como "casa dos homens", é encorajado e, muitas vezes exigido, o combate a quaisquer atributos que os associem às meninas, para que sejam considerados homens "de verdade", seja lá o que isso possa significar. Afinal, aproximar-se de condutas comumente associadas às mulheres pode significar ser tratado da mesma forma com que se trata uma mulher, ocupando, assim, uma posição desprivilegiada de subjugação e submissão.

E, portanto, associados à rejeição e à intolerância a condutas distintas das configurações desejáveis ancoradas na masculinidade hegemônica, denota-se que os discursos explicitados, a partir de exemplos trazidos pelos participantes nas entrevistas, revelam, eminentemente, para além da misoginia, concepções pautadas na heteronormatividade. Compreende-se que as identidades de gênero e as identidades sexuais estão intimamente relacionadas, propiciando associações entre o sexismo e a homofobia.

Nessa direção, o participante Bernardo relata: "*meu pai, por exemplo, ficou puto quando eu mudei pra psicologia, porque na mentalidade dele é curso de bichinha*". Do mesmo modo, Murilo expõe situações que ocorriam na sua infância: "*(...) chegava os amiguinhos, ficavam implicando com eles, o outro que era um pouquinho mais afeminado, ficavam chamando de viadinho*". O mesmo participante revela, também, a fala de um adulto em relação a ele, após um gesto simples, supostamente desprovido de atribuições de

significados simbólicos relacionados a gênero: "*nossa, seu aperto de mão é forte, esse é homem mesmo, nossa, como é que eu desconfiei que era um viado*".

Resgata-se o antagonismo estruturante das relações de gênero relativos à atividade-passividade. Em vista disso, distanciar-se de comportamentos que caracterizem um indivíduo "ativo", ou seja, masculino, é considerado como uma falha de caráter, um 'desvio' (Parker, 1991). Segundo o autor, na linguagem cotidiana, tudo que um homem não pode ser é "viado", seria o antímodo da masculinidade hegemônica. Em contraposição, tudo que uma mulher não poderia ser, ou que não se espera de uma mulher é que ela seja "puta", por estar associado à atividade na esfera da sexualidade. Isso se vincula, teoricamente, ao sistema binário de gênero, pois, se a masculinidade é associada à atividade, um homem homossexual não é considerado verdadeiramente como um homem, já que é associado, sexualmente, à passividade e, assim, aproxima-se de características tidas como femininas e, portanto, consideradas socialmente como negativas.

Thiago conta que, ao serem exibidas cenas de beijo entre homens na televisão, ouvia de seus familiares: "*ah meu filho, isso não é certo, (...) se o seu coleguinha quiser fazer isso, você não deixa*". O que remete a um julgamento de valor de "certo" ou "errado" referente ao exercício da sexualidade masculina.

Acarreta-se, assim, em formas simbólicas de violência e dominação sofridas por indivíduos que experienciem, ou aparentem experimentar, sua sexualidade de forma distinta à heterossexualidade. Pratica-se a opressão e estigmatização de determinadas categorias sociais, não-hegemônicas, a partir da tentativa de invisibilização de suas identidades (Bourdieu, 2012). Assim, busca-se, de todas as formas, negar sua existência, afastando as discussões de gênero e sexualidade de qualquer veículo que vise propagar informações, tal como a mídia e a educação. Para tanto, utilizam-se de tais dispositivos pedagógicos com o

intuito de corroborar e atestar determinados discursos hegemônicos enquanto "verdades", impossibilitando-os de serem contestados ou problematizados de forma crítica.

Em síntese, padrões sexistas e homofóbicos, ancorados na masculinidade hegemônica, apresentam implicações subjetivas preocupantes. Isto é, há um sofrimento implicado na tentativa de adequar-se e ajustar-se a ideais arbitrários culturalmente almejados e deparar-se com a impossibilidade de fazê-lo. Ao mesmo tempo, para os poucos que julgam ter alcançado tais ideais com "êxito", o sofrimento também poderá estar presente. Ao corresponder a expectativas de configurações "tóxicas" de crenças, sentimentos e condutas, há um "preço a ser pago" a fim de obter determinados benefícios e estar posicionado de uma determinada forma nas relações de poder, historicamente estabelecidas.

Aprender a estar com os homens (...) é também aprender a respeitar os códigos, os ritos que se tornam então operadores hierárquicos. Integrar códigos e ritos, que no esporte são as regras, obriga a integrar corporalmente (incorporar) os não-ditos. Um desses não-ditos, que alguns anos mais tarde relatam os rapazes já tornados homens, é que essa aprendizagem se faz no sofrimento. Sofrimentos psíquicos de não conseguir jogar tão bem quanto os outros. Sofrimentos dos corpos que devem endurecer para poder jogar corretamente (...). O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem “amaldiçoar” – para integrar o círculo restrito dos homens (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

O sofrimento derivado da imposição em relação aos homens para ser/agir de determinadas formas, e não de outras, pode ser expresso a partir do relato do participante Murilo: "*sempre fui um cara meio diferenciado, no sentido que eu nunca fui esse 'cabra macho'*", referindo-se a uma não identificação com os mais diversos "preceitos" e

estereótipos que pautam-se em um modelo hegemônico de exercer a masculinidade. Em decorrência disso, ele enfatiza a recorrência, segundo ele, diária, com que lhe são direcionados discursos prescritivos e normativos no tocante à sua masculinidade, que giram em torno dos seguintes exemplos mencionados por ele: "*nossa, não, mas você tem que ser homem*", "*para de ser viado, vai ser homem*", "*se impõe, para com isso*", "*oxe, virou gay agora é*".

Bernardo, ao responder se teria algum comportamento diferente caso soubesse que ninguém o julgaria, relata: "*Eu acho que talvez eu só seria um pouco mais solto, assim, entendeu? Tipo, corporalmente. (...) Isso eu percebia que vinha de uma insegurança minha quanto à minha própria identidade sexual*". Posteriormente, complementa: "*Mas, se eu tivesse certeza da minha identidade sexual, da melhor forma como expressar a minha sexualidade, por exemplo, eu não ia querer provar pros outros, nem pra mim mesmo, que eu conseguia pegar um monte de mulher, sacou?*".

Ao questionar os entrevistados se já agiram de forma contrária ao que é socialmente esperado de um homem, o participante Caio alega que sim, pois tem muitas amigas mulheres e por esse motivo poderiam pressupor que ele é gay, justificando tal afirmação ao dizer: "*homem teria que andar com homem, pra falar coisa de homem: falar sobre mulher, futebol e pronto*". Thiago também afirma agir diferentemente do que é esperado, por cuidar de sua aparência, identificando-se como metrosssexual. Argumenta que: "*O homem tem que ser... sei lá, beber cerveja, ser barrigudão, e a mulher que aceite ele do jeito que ele é, sabe*".

Nestes exemplos, a cerveja e o futebol exercem um papel de símbolos demarcadores de diferenças identitárias. Pertencentes a um sistema representacional (Woodward, 2000), que, assim como outros artefatos culturais, assumem determinada posição no sistema binário de gênero. Considera-se, a partir da reprodução de discursos pautados na masculinidade hegemônica, que a cerveja, por exemplo, é destinada ao consumo apenas de homens.

Ao apoiar-se na perspectiva pós-estruturalista, identifica-se que os objetos em si não denotam tal correspondência, mas sim, as narrativas produzidas e perpetuadas a respeito destes, sustentadas a partir de certas produções de significados relativos a determinado objeto (Cechin & Silva, 2012). E, assim, tais artefatos culturais cumprem uma função na perpetuação do biopoder (Foucault, 1996), no sentido de possibilitar o controle e a regulação das subjetividades ao funcionar enquanto mecanismos políticos e sociais de normatização.

Ainda, foi abordado com o participante Murilo, o questionamento acerca de como ele teria se sentido ao agir de forma contrária a estas expectativas sociais impostas aos homens. Ele, por sua vez, relata sentir, principalmente, medo. Manifesta que, em situações em que agiu de forma contrária ao que era esperado dele enquanto homem, percebeu uma não aceitação e incompreensão por parte dos outros homens, além da perda de respeito e/ou de amigos. E, dessa forma, sentia medo do que os outros poderiam pensar dele.

5.3 Masculinidade hegemônica: violências em relação a outros homens e em relação às mulheres.

Eu quero presentear
A minha linda donzela
Não é prata nem é ouro
É uma coisa bem singela
Vou comprar uma faixa amarela
Bordada com o nome dela
Que eu vou mandar pendurar
Na entrada da favela
(...)

Vou fazer dela rainha do desfile da Portela
Eu vou ser filho do Rei, e ela minha Cinderela
(...)

E para gente se casar vou construir a capela
Dentro dum lindo jardim com flores, lago e pinguela
(...)

Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela
Vou lhe dar uma banda de frente
Quebrar cinco dentes e quatro costelas
Vou pegar a tal faixa amarela
Gravada com o nome dela

E mandar incendiar
Na entrada da favela
(...)
Vou comprar uma cana bem forte
Para esquentar sua goela
E fazer um tira-gosto
Com galinha à cabidela
(Zeca Pagodinho – Faixa Amarela)

Destaca-se, a partir do trecho citado, extraído da letra de uma canção produzida por um dos grandes nomes do Samba Brasileiro, um conteúdo expressivo e preocupante, que requer a devida atenção a fim de questioná-lo. A música, carregada de significados historicamente legitimados, revela práticas sociais arraigadas, provenientes de uma estrutura hierárquica de dominação patriarcal (Parker, 1991). Chama atenção, na leitura da letra, o cavalheirismo e as grandiosas demonstrações de afeto, socialmente admiráveis em um homem, na cultura brasileira, que, rapidamente, transformam-se em possibilidades explícitas de exercício da violência física, além de outras expressões de violência.

Provoca-se espanto devido à naturalização com que o compositor da música aborda tais práticas agressivas. Enquanto naturalizados, tais comportamentos violentos passam a ser incorporados como parte da "normalidade" (Segato, 2003), pois são considerados como formas hegemônicas de exercer a masculinidade. Tendo em vista que a mulher teria de estar disposta, a todo tempo, para satisfazer as necessidades e desejos masculinos, além de obedecer ao homem, nada mais "justo" que espancá-la caso ela não o faça, certo?

"Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela". O que poderia significar esse "*vacilo*"? Há considerável probabilidade que o dito "*vacilo*" refira-se à traição, uma vez que, por mais que ao homem seja tolerado relações sexuais extra conjugais, ainda que em um relacionamento monogâmico, para as mulheres isto é inadmissível. É tido como inadmissível pois as mulheres deveriam, supostamente, manter sua fidelidade aos homens, uma vez que a

fidelidade "incondicional" é, a partir desta perspectiva, indicadora de posse. Ou seja, a mulher pertence àquele homem, portanto é inconcebível que ela o traia.

Os corpos das mulheres são, historicamente, concebidos como territórios a serem "conquistados" pelos homens (Almeida, 2014). Portanto, quaisquer sinais de autonomia, manifestados pelas mulheres, podem ser entendidos como transgressões às expectativas sociais de que estas sejam propriedades destes homens. Isso pode ser exemplificado a partir da afirmação do participante Fernando, ao alegar que, caso visse sua filha vestindo roupas curtas, interviria, de modo a reprimi-la. Como, também, pode ser ilustrado a partir da fala de Bernardo, que afirma: "na minha experiência quando eu namorava, na maioria das vezes, você abraçar a pessoa, o outro já entende que a pessoa está 'tomada'".

Demonstrações de independência e/ou poder de escolha, por parte das mulheres, podem ser interpretadas, pelos homens, como ameaças à sua "virilidade". Dessa forma, ao sentirem-se ameaçados, utilizam-se de mecanismos opressores e comportamentos que expressem sua dominância, com o intuito neutralizar qualquer tentativa, empreendida pelas mulheres, de igualar-se (Junqueira, 2009). Sendo assim, a violência contra as mulheres exerce um papel de afirmar uma posição de superioridade masculina nas relações de poder, e de manutenção dos privilégios conferidos aos homens.

Além disso, julgar a traição das mulheres como inadmissível, também relaciona-se à concepção de que elas devam, supostamente, resguardar a posição de passividade atribuída a elas. Segundo Parker (1991, p. 80), pôr 'chifres' em um homem, ou melhor, submetê-lo à posição de 'corno' representa: "uma investida violenta, um ataque frontal à identidade masculina do homem, que, quando levada a cabo com sucesso, consegue reduzi-lo ao equivalente moral do viado".

Quando questionados acerca do que os participantes não permitiriam que outra pessoa fizesse com eles, Fernando, imediatamente, responde: traição. E acrescenta, ao ser

perguntado como reagiria diante de tal situação: "*a pessoa perde a cabeça né. Não sou fácil de perder a cabeça não, mas dependendo da traição, do caso assim, qualquer pessoa acaba saindo do sério*". Perder a cabeça, segundo ele, significa agredir, "partir para a violência".

Por sua vez, Thiago, em sua resposta à mesma pergunta, diz: "*(...) se a pessoa me desaforar, eu vou brigar com ela também né, vou descer ao mesmo nível. Eu sou bastante calmo (...), eu consigo aguentar muita coisa, só que quando eu estouro, eu estouro bastante também*". Posteriormente, o participante descreve situações em que ele poderia imaginar-se envolvido em uma briga física, tais como: esbarrar em alguém, derramar bebida em outra pessoa ou, tão somente, por sentir antipatia pelo outro. Já Bernardo, ao relatar situações que o tirariam do sério, conta: "*Eu quase dei um chute na porta, porque eu não aceito esse tipo de brincadeira tosca. Ele tava na minha casa e ele tava de brincadeira do tipo não queria me deixar entrar. Na minha casa. Velho, vou te dar um tiro, sacou?*".

Conforme mencionado anteriormente, a agressividade desempenha, na primeira infância, uma função importante no processo de socialização humana, diante da impossibilidade de comunicar-se por intermédio da fala (Ferrari, 2006). No entanto, torna-se problemática a utilização de tal forma de se expressar como estratégia para lidar com frustrações, por vezes simples, como esbarrar em alguém, já na fase adulta do desenvolvimento. Ainda assim, é esse o modo ensinado, frequentemente, aos homens para solucionar seus problemas e superar suas dificuldades.

O participante Thiago, por exemplo, relata uma situação, ainda na sua infância, em que: "*o menino falou alguma coisa, sei lá, ele me deu um soco, e aí eu peguei um grafite e enfiei na cabeça dele. Ele teve até que fazer cirurgia pra tirar o grafite*". Uma vez que poder e violência estão intimamente relacionados (Chauí, 2017), os meninos, gradualmente, aprendem, em seu processo de socialização, que portar-se de forma agressiva significa afirmar uma posição privilegiada nas relações de poder.

Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros (Welzer-Lang, 2001, p. 463).

Como relata Souza (2005), a confrontação violenta, assim como a disposição para submeter-se a situações arriscadas, são tidas como formas para um homem obter respeito de seus pares. É esperado que os homens "enfrentem o que vier", independentemente das possíveis consequências disso, ou do medo que possa ser desencadeado, pois eles devem comprovar, repetidamente, a manutenção de sua condição de "macho". A importância, atribuída, frequentemente, pelos homens, de sustentar o enfrentamento diante de situações de conflito, não importando o custo a ser pago por isso, é ilustrada a partir do depoimento de Fernando. Ele afirma já ter se envolvido em uma briga por ter, momentaneamente, "perdido a cabeça", o que ocasionou em um conflito que perdurou por alguns anos, além de ter sido jurado de morte devido a este ato de agressão física que, segundo ele, poderia ter sido evitado.

A legitimação social conferida a esse tipo de comportamento pode ser exemplificada pela fala do participante Thiago que, ao narrar uma briga na qual estava envolvido, declara: *"me achei o maioral né, tipo, todo mundo olhando assim: 'nossa', não sei o que, meio que com medo e tudo"*. Em seguida, reproduz os comentários das pessoas que presenciaram o ato: *"cara isso, aí, bateu no moleque, massa..."*, e comenta: *"tipo, o pessoal idolatra né, umas coisas assim"*.

Ainda, na apresentação de imagens aos participantes, foi mostrada uma figura que exibía imagens de homens diversos, representando uma pluralidade de estereótipos, para que, em seguida, fosse pedido aos entrevistados que eles escolhessem uma imagem que eles mais gostassem. Fernando escolheu a figura de um homem musculoso, o caracterizando como "bombadozão", com a seguinte justificativa: "*Impõe um respeito grande né, pelo tamanho do cara. O cara chega ignorante, sei lá, numa confusão de trânsito, qualquer coisa, quando chega um marmanjo desse tamanho, o cara corre*". O que ilustra o valor, prestígio e respeito que os homens atribuem à imagem de um homem forte, inclusive, fisicamente.

Se, por um lado, a masculinidade é poder, por outro é terrivelmente frágil, pois não existe como pensamos: uma realidade biológica, uma fortaleza indestrutível. Ela é "de papel", existe apenas como comportamento prescrito, mais desejável, segundo expectativas socialmente formuladas, do que efetivamente realizada (Oliveira, 1998, p. 97).

Dessa forma, na tentativa de esconder suas fragilidades, os homens, com frequência, buscam inúmeras maneiras de evidenciar características como: potência, força, firmeza e valentia, recorrendo, inclusive à aparência física a fim de transparecê-las.

Com relação à violência contra a mulher, a pesquisadora, no questionamento quanto ao posicionamento dos homens ao presenciarem uma briga de um casal, pergunta a alguns participantes quais seriam suas opiniões acerca da expressão: "em briga de marido e mulher, não se mete a colher", corriqueiramente utilizada no Brasil. O participante Bernardo, por sua vez, se coloca, no geral, a favor desta afirmação, ao dizer: "*treta dos outros não é treta minha, sacou?*".

Tal afirmação reforça concepções difundidas no imaginário social, em que questões pertinentes a um casal pertencem ao âmbito privado, e, que, na ordem do privado não se pode

intrometer-se. Concepções, as quais, estão pautadas nos discursos de tolerância às violências presentes na sociedade patriarcal na qual estamos inseridos/as. Naturalizam-se, assim, comportamentos violentos, que passam a ser assimilados como parte da normalidade (Segato, 2003), pois estes são considerados como formas hegemônicas de exercer a masculinidade.

Perpetua-se, então, a invisibilidade das questões de gênero, em que agressões entre um casal não são vistas como "problemas sociais ou de saúde, mas como problemas individuais, de cada mulher" (Schraiber et al, 2005, p. 33). Dessa forma, tais acontecimentos não são reconhecidos enquanto transgressões dos direitos da mulher, os quais deveriam ser alvo de propostas de caráter político, visando políticas sociais apropriadas e ações públicas. Deve-se desconstruir a concepção de que não se pode interferir no âmbito privado, pois aquilo que ocorre no âmbito privado de um casal e está relacionado a práticas de violência, possivelmente diz respeito às relações de gênero, e, assim, ultrapassa tal âmbito, devendo ser algo de interesse público, voltado ao enfrentamento efetivo da violência contra as mulheres.

Considerações Finais

Por meio da presente pesquisa, pôde-se verificar e analisar alguns dos impactos dos modos hegemônicos de constituição das masculinidades, de modo a corroborar determinadas concepções de mundo, no sentido de canalizarem culturalmente (Valsiner, 2012) os processos de significação de diferentes grupos sociais, direcionando-os. Assim, os modos hegemônicos de constituição das masculinidades afetam, de diferentes formas, os homens, desde o que fazem no seu dia a dia, até como se sentem em relação a si mesmos. Atingem, portanto, de forma profunda, as subjetividades dos indivíduos, no modo como constroem e reconstróem suas identidades de gênero, a partir de determinadas adequações para conformarem-se às normas prescritas socialmente ou, então, em direções voltadas ao questionamento e à resistência, em diferentes níveis, em relação a tais normas.

As instituições sociais, desse modo, empenham-se na tentativa de disciplinar os corpos por meio de dispositivos de poder, objetivando afirmar determinadas expressões de masculinidades hegemônicas que corroborem com a manutenção de uma sociedade sexista e heteronormativa. Em decorrência disso, evidenciam-se forças de opressão e de resistência que perpassam as relações de poder, verificando-se, assim, que os mecanismos de dominação e violência, ainda nos dias de hoje, estruturam as relações de gênero.

Oportunizou-se, a partir do presente trabalho, uma maior compreensão no que se refere à constituição das identidades sociais de gênero, principalmente associadas à masculinidade. Além de ter possibilitado a identificação de impactos subjetivos, vivenciados pelos homens, devido aos discursos normativos pautados no sistema binário de gênero, ao pressupor uma ideia singular de masculinidade. Deixa-se de lado, nesta perspectiva, os diversos modos não-hegemônicos de vivenciar e expressar as masculinidades, por não encaixarem-se em uma lógica binária, a qual pauta-se, fortemente, na dicotomia entre

atividade e passividade. Ainda, propiciaram-se articulações entre as questões de gênero e o fenômeno da violência, a partir de discussões ancoradas na Psicologia Cultural, nos Estudos Feministas e de Gênero e em contribuições do pós-estruturalismo.

Considera-se, assim, que os objetivos de pesquisa delimitados foram atingidos. Acredita-se, no entanto, que as discussões das temáticas abordadas, no presente trabalho, não estão encerradas, enfatizando-se a necessidade de produção de novos conhecimentos. Sugere-se a realização de pesquisa semelhante utilizando-se de métodos distintos, como o grupo focal, uma vez que, como mencionado anteriormente, a condução das entrevistas por uma pesquisadora mulher pode ter influenciado, de alguma forma, as respostas de alguns dos participantes. Tal aspecto pode, porventura, ser amenizado no grupo focal, devido a presença de outros participantes homens.

Enfim, considera-se que, para a prevenção da violência, em diversos níveis, um caminho estratégico possível é a promoção do desenvolvimento da capacidade empática dos indivíduos, desde sua infância. A educação, desse modo, torna-se fundamental nesse processo. Além disso, considera-se, de extrema importância, a legitimação, na socialização de meninos e homens, da expressão de suas emoções, sentimentos e, inclusive, de suas fraquezas. Uma vez que determinadas atitudes e comportamentos são estratégicos na manutenção de uma posição de poder e de *status*, ocupados pelos homens, o rompimento das associações entre masculinidade e virilidade, atividade, competitividade, agressividade, valentia, dentre outros, propicia a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências Bibliográficas

- Almeida, T. M. C. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade e Estado*, 29 (2), 329-340.
- Araiza, A., & Gisbert, G. (2007). Transformaciones del Cuerpo en Psicología Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 (1), pp. 111-118.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Berger, J. (1980). *Modos de ver*. São Paulo: Martins Fontes.
- Boris, G. D. J. B. (2011). *Fala de homens: A construção da subjetividade masculina*. São Paulo: Annablume.
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brandão, C. F. (2005). O controle das emoções, o medo e a violência. Em A. B. Carvalho & C. F. Brandão (Orgs.), *Introdução à sociologia da cultura: Max Weber e Nobert Elias* (pp. 57-72). São Paulo: Avercamp.
- Cechin, M. B. C., & Silva, T. (2012). Assim falava Barbie: uma boneca para todos e para ninguém. *Fractal Revista de Psicologia*, 24 (3), 623-638.
- Chauí, M. (2017). *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Chaves, E. L. (2008). *Violência, agressividade e dominação: Uma reflexão psicanalítica sobre a masculinidade* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da Masculinidade. *Educação & Realidade*, 20 (2), pp. 185-206.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o

- conceito. *Estudos Feministas*, 21 (1), pp. 241-282.
- Datafolha. (2016). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. Retirado de <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml>>
- Demo, P. (2001). *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas: Papirus.
- Department of Economic and Social Affairs. (2015). *World Population Prospects 2017*. Retirado de <<https://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>>
- Duarte, A. (2008). Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. Em M. Rago & A. Veiga-Neto (Orgs.), *Figuras de Foucault* (pp. 45-56). Belo Horizonte: Autêntica.
- Duarte, A. M., & César, M. R. A. (2014). Michel Foucault e as lutas políticas do presente: Para além do sujeito identitário de direitos. *Psicologia em Estudo*, 19 (3), 401-414.
- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia clínica*, 18 (2), 49-62.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. *Obras completas, vol. XXI*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gagliotto, G. M., Berté, R., & Vale, G. V. (2012). Agressividade da criança no espaço escolar: Uma abordagem psicanalítica. *Revista reflexão e ação*, 20 (1), 144-160.
- Gomes, R. (2007). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 79-108). Petrópolis: Vozes.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Heilborn, M. L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. Em M. L. Heilborn (Org.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais* (pp. 40-58). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Le Breton, D. (2007). *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Locatelli, C. (2004). *Agressividade infantil: Relax e reprogramação emocional para crianças*. São Paulo: Editora Sucesso.
- Loponte, L. G. (2002). Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*, 10(2), 283-300.
- Louro, G. L. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Louro, G. L. (1999). Pedagogias da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 9-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, L. Z. (1998). Masculinidade, sexualidade e estupro: As construções da virilidade. *Cadernos pagu*, (11), 231-273.
- Machado, R. (1979). Por uma genealogia do poder. Em M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. VII-XXIII). Rio de Janeiro: Graal.
- Madureira, A. F. A. (2010). Gênero, sexualidade e processos identitários na sociedade brasileira: tradição e modernidade em conflito. Em A. L. Galinkin & C. Santos (Orgs.), *Gênero e Psicologia Social: Interfaces* (pp. 31-63). Brasília: Tecnopolik.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Artes e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57-82). Curitiba: Juruá.

- Madureira, A. F. A., & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9 (1), 63-75. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v9n1/v9n1a07.pdf>.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2005). Construindo com o outro: uma perspectiva sociocultural construtivista do desenvolvimento humano. Em M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.), *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 90-109). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 31-60). Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde. (2017). *Suicídio. Saber, agir e prevenir.: Boletim epidemiológico*. Retirado de <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>>
- Nardi, H. C., & Silva, R. N. (2005). Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. Em N. Guareschi & S. Hüning (Org.), *Foucault e a Psicologia* (pp. 94-104). Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, 6(1), 91-111.
- Organização Mundial de Saúde. (2002). *World report on violence and health*. Retirado de <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1>

- Organização Mundial de Saúde. (2016). *Age-standardized suicide rates (per 100.000 population)*. Retirado de <<http://apps.who.int/gho/data/node.main.MHSUICIDEASDR?lang=en>>
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.
- Pietro, P. P., & Jaeger, F. P. (2008). Agressividade na infância: Análise psicanalítica. *Visão global*, 11 (2), 217-238.
- Pino, A. (2005). *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.
- Ramminger, T. & Nardi, H. C. (2008). Subjetividade e trabalho: Algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface*, 12 (25), 339-346.
- Schraiber, L. B. et al. (2005). Um caso entre muitos: a violência doméstica contra a mulher. *Violência dói e não é direito - a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos* (pp. 23-50). São Paulo: Unesp.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Segato, R. L. (2003). Las estructuras elementares de la violencia: contrato y status en la etiología de la violencia. *Série Antropologia* (pp. 1-19). Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- Souza, E. R. (2005). Masculinidade e violência no Brasil: Contribuições para a reflexão no campo da Saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (1), 59-70.
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2013). *Global Study on Homicide*. Retirado de <https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural: mundos da mente, mundos da vida*.

Porto Alegre: Artmed.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia.

Estudos Feministas, 9 (2), 460-482.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T. Silva

(Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72).

Petrópolis: Vozes.

Apêndices e Anexos

Apêndice A

Roteiro de entrevista:

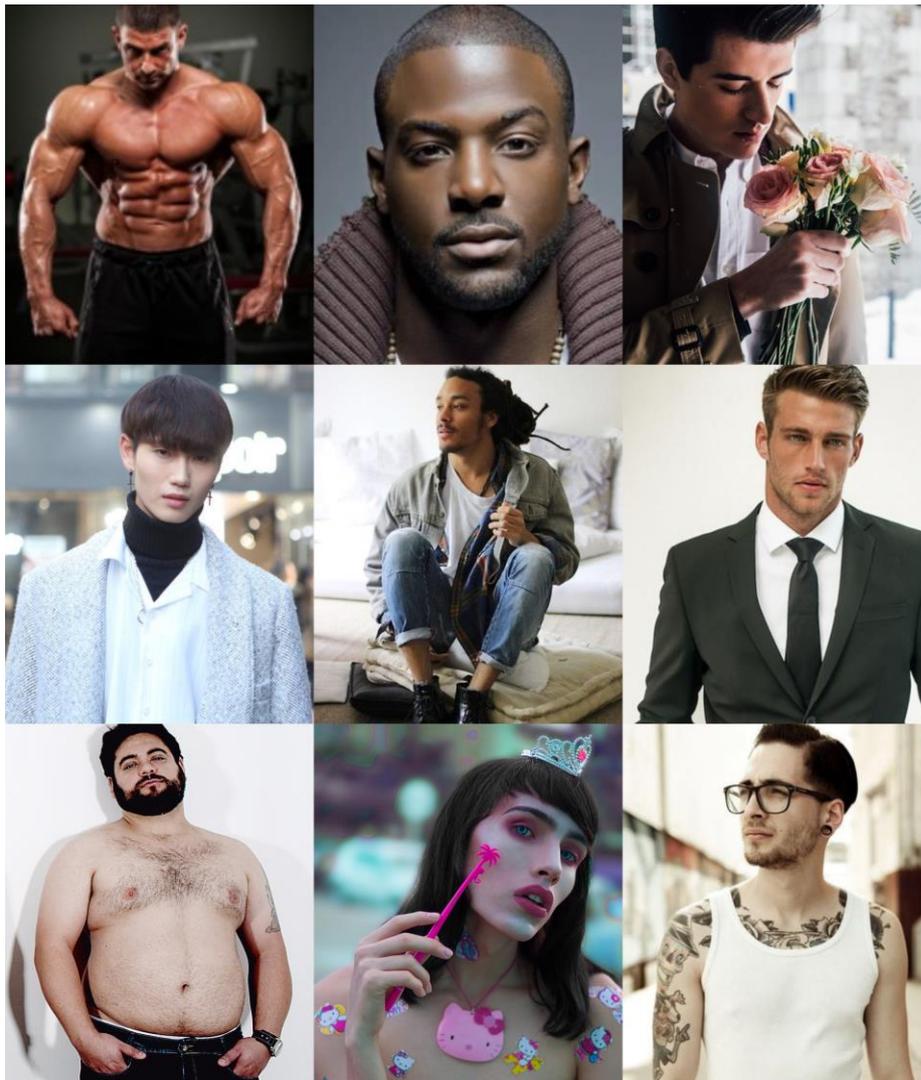
1. Inicialmente, eu gostaria que você me falasse um pouco sobre suas relações de amizade. Você também tem amigas, ou apenas amigos?
2. Na sua opinião, o que é ser homem?
3. Para você, existe um homem ideal, ou não? (Se sim, como ele seria?) E uma mulher ideal? (Se sim, como ela seria?)
4. Você acredita que a sociedade espera coisas diferentes para homens e mulheres, ou não? (Se sim, o que?)
5. Na sua infância, você teve algum modelo de homem que te inspirou a ser quem você é hoje? (Se sim, quem foi esse modelo?)
6. Na sua infância, você se lembra de ter recebido ensinamentos quanto à sua masculinidade e como se portar diante dos outros, ou não? (Se sim, quais foram esses ensinamentos e quem os transmitiu?)
7. Você já agiu de forma contrária ao que é socialmente esperado de um homem? (Se sim, qual foi sua atitude? Como se sentiu diante disso?)
8. Você teria algum comportamento diferente se soubesse que ninguém o julgaria? (Se sim, qual?) Por quê?
9. Quais situações costumam te deixar emocionado? Como você se sente com relação a isso?
10. Imagine a seguinte situação: você está em um ambiente público próximo de sua/seu parceira/o, e outro homem se aproxima e demonstra interesse pela pessoa com a qual você tem um relacionamento amoroso. Como você agiria diante dessa situação? Por quê?
11. O que você não permitiria que outra pessoa fizesse com você? Como reagiria diante de tal situação?
12. Você já esteve em uma briga com outro homem? (Se sim, o que aconteceu? Como se sentiu?)
13. O que você considera importante ao relacionar-se sexualmente com outras pessoas?
14. Imagine a seguinte situação: você está andando na rua e presencia outro homem brigando com a namorada por ela estar usando roupas curtas. Como você se sente com relação a isso? Por quê?
15. Imagine a seguinte situação: você está em um relacionamento conjugal e tem um filho, o qual encontra-se doente e é necessário que você ou sua/seu parceira/o se afaste do trabalho

durante um ano para cuidar dele. Sua/seu parceira/o ganha mais do que você e pede para que você se afaste do trabalho. O que pensa sobre isso? Como lidaria com essa situação?

16. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Apêndice B

Imagens selecionadas:



(Imagem 1)

1. Quem você gostaria de ser? Por quê?
2. Quem você não gostaria de ser? Por quê?



(Imagem 2)

1. O que você vê nessa imagem?
2. Qual imagem você mais gosta? Por quê?
3. Qual imagem você menos gosta? Por quê?



(Imagem 3)

1. O que você vê nessa imagem?
2. O que você sente diante dessa imagem? Por quê?

3. Você se imaginaria nessa situação (ou não)? Por quê?



(Imagem 4)

1. O que você vê nessa imagem?
2. O que você sente diante dessa imagem? Por quê?
3. Você se imaginaria nessa situação (ou não)? Por quê?



(Imagem 5)

1. O que você vê nessa imagem?
2. O que você sente diante dessa imagem? Por quê?
3. Ao olhar essa imagem, crie uma história do que poderia ter acontecido, utilizando os personagens da pintura.

Apêndice C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

O Modo Hegemônico de Constituição das Masculinidades e suas Interfaces com as Violências: Uma Análise das Relações de Poder

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisada assistente: Yara de Barros Ladeira

Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo deste estudo é analisar como as construções identitárias relativas à masculinidade hegemônica impactam subjetivamente os homens e suas interfaces com o fenômeno da violência.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual, com a apresentação de imagens previamente selecionadas. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada em um local conveniente para o participante.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista e a apresentação de imagens para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca das masculinidades hegemônicas.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Yara de Barros Ladeira, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora assistente, e a outra será fornecida ao senhor.

Brasília, ____ de _____ de _____.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira
Celular: (61) 99658-7755, E-mail: madureira.ana.flavia@gmail.com

Yara de Barros Ladeira
Celular: (61) 98218-9955, E-mail: yaradebarros@hotmail.com

Endereço dos(as) responsável(eis) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Endereço: SEPN 707/907, Campus do UniCEUB
Bairro: Asa Norte
Cidade: Brasília - DF
CEP: 70790-075
Telefone p/contato: (61) 3966-1200

Anexo A

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Modo Hegemônico de Constituição das Masculinidades e suas Interfaces com as Violências: Uma Análise das Relações de Poder

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 09573419.8.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.271.650

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa corresponde ao projeto de monografia de uma aluna de graduação, do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). O projeto está embasado, principalmente, em referenciais teóricos da Psicologia Cultural e em contribuições dos Estudos Feministas e de Gênero. O projeto tem como objetivo geral analisar como as construções identitárias relativas à masculinidade hegemônica impactam subjetivamente os homens e suas interfaces com o fenômeno da violência. Este projeto envolve a utilização de uma metodologia qualitativa de investigação e os participantes serão homens jovens, entre 18 e 35 anos. Serão realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas, de forma integrada à apresentação de diferentes imagens previamente selecionadas. Os participantes não fazem parte de populações vulneráveis e serão selecionados via rede social da aluna, autora do projeto, e não via instituição. Após a realização das entrevistas individuais semiestruturadas, as mesmas serão transcritas e interpretadas a partir de categorias analíticas temáticas.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário apresentado à pesquisa foi: "Analisar como as construções identitárias relativas à masculinidade hegemônica impactam subjetivamente os homens e suas interfaces com o fenômeno da violência".

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

Continuação do Parecer: 3.271.650

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram apresentados os seguintes riscos e benefícios à pesquisa: riscos: "A pesquisa apresenta baixos riscos. Tais riscos são inerentes ao procedimento de entrevista. Medidas preventivas durante a entrevista serão tomadas para minimizar qualquer risco ou incômodo. Por exemplo, será apresentada a orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que o participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais. Mesmo assim, caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento aos participantes, os mesmos não precisam realizá-lo". Benefícios: "Ao participar da pesquisa, os participantes colaborarão com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre o tema focalizado na pesquisa".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa tem condições éticas e científicas de ser desenvolvida. Seus objetivos, riscos e benefícios e metodologia foram apresentados de forma adequada. A data da coleta de dados encontra-se compatível à apresentação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Ela será financiada pelos pesquisadores que possuem o currículo na Plataforma Lattes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados, tais como: Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos, assinada pela coordenadora do curso de Psicologia; o TCLE, elaborado adequadamente e o Roteiro de entrevista e imagens a serem utilizadas durante a coleta de dados.

Recomendações:

O CEP-UniCEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao às Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto: A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;
- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.271.650

da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;

I - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;

II - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;

III - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança, interrupção ou a não publicação dos resultados.

Observação: Ao final da pesquisa enviar Relatório de Finalização da Pesquisa ao CEP. O envio de relatórios deverá ocorrer pela Plataforma Brasil, por meio de notificação de evento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto de pesquisa está apto a iniciar a coleta de dados.

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo previamente avaliado, com parecer n. 3.271.650/19, tendo sido homologado na 4ª Reunião Ordinária do CEP-UniCEUB do ano, em 29 de março de 2019.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1312905.pdf	14/03/2019 13:56:59		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostomonos.pdf	14/03/2019 13:54:54	YARA DE BARROS LADEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	12/03/2019 23:12:17	YARA DE BARROS LADEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	monoyaraplataformabrasil.pdf	12/03/2019 23:12:05	YARA DE BARROS LADEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 3.271.650

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 17 de Abril de 2019

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br